



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MAÍRA CARVALHO DE SOUSA

**O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE: UM ESTUDO DOS BAIRROS FÉ EM DEUS,
CAMBOA E LIBERDADE EM SÃO LUÍS-MA**

SÃO LUÍS – MA

2019

MAÍRA CARVALHO DE SOUSA

**O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE: UM ESTUDO DOS BAIROS FÉ EM DEUS,
CAMBOA E LIBERDADE EM SÃO LUÍS-MA**

SÃO LUÍS – MA

2019

Dados da Cataloga²o

S725l

SOUSA, Ma^ora Carvalho de.

O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE: um estudo dos bairros F^oem Deus, Camboa e Liberdade em S^o Lu^os - MA. / Ma^ora Carvalho de Sousa. - S^o Lu^os, 2019.

114 f. : il.

Monografia (Gradua²o) - Universidade Estadual do Maranh^o, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Orientador: Prof.^oDra. Rose-France de Farias Panet.

1. Territorialidade negra. 2. Aglomerados subnormais. 3. S^o Lu^os - Liberdade - F^oem Deus - Camboa. I. T^otulo.

CDU: 711.585:301.185.12(812.1)

MAÍRA CARVALHO DE SOUSA

**O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE: UM ESTUDO DOS BAIROS FÉ EM DEUS,
CAMBOA E LIBERDADE EM SÃO LUÍS-MA**

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rose Panet

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Camila Costa

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Raoni Muniz

Centro Universitário Dom Bosco

AGRADECIMENTOS

À Deus, obrigada por todas as bênçãos e ensinamentos.

Dedico este trabalho à memória do meu avô, que à seu modo, influenciou na minha noção de felicidade, identidade e de leveza com a vida. Não pôde presenciar a primeira neta tornando-se a primeira arquiteta e urbanista da família, mas tenho certeza que me acompanha em todo o processo e se orgulha do caminho que percorri. Obrigada, João Abreu!

Aos meus pais, Kels e Moisés, pelo amparo e amor incondicional, pelo incentivo constante e pelo direcionamento às causas sociais durante todo o meu crescimento, além de todo o esforço nessa aventura para que eu seja quem sou hoje. Aos meus irmãos, Mariana e Pedro. Aos meus tios, avós, bisavós, tataravós... minha caminhada deve-se à caminhada de vocês também.

À Marcelo Durans, meu amor e orientador permanente, meu colo, meu abraço, meu impulso para passos mais largos e vôos mais altos, encerrar essa trajetória junto contigo não é só simbólico, é motivo de muitos agradecimentos.

À Universidade Estadual do Maranhão, de forma especial à orientadora deste trabalho, Rose Panet, por toda a atenção e incentivo durante o desenvolvimento do trabalho. À Marluce Wall, por me inserir no mundo da pesquisa ainda no primeiro período e permanecer durante 5 anos de graduação como minha inspiração na universidade, orientando EMAU e pesquisas.

Aos meus amigos de curso, de vida, de problemas e soluções, Érika, Jéssica, Guilherme, Thamires e Stella, que fizeram destes 5 anos mais leves e muito melhores com a S.P.B.A. Aos amigos de faculdade, ao EMAU por inserir o projeto participativo e todos os debates pertinentes à participação à minha graduação.

Aos amigos que puderam contribuir com a pesquisa, Amanda Persi, Jefferson e Ana Paula, além de todos aqueles que participaram através de seu relato, muito obrigada!

“A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrihador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas.”

Raquel Rolnik

RESUMO

Com a abolição da escravidão, muitas áreas urbanas densamente ocupadas e de constituição espontâneas afluíram no Brasil, e são exemplo do quanto as heranças da escravidão deixaram raízes profundas na sociedade. O lugar do negro pobre, mesmo nos dias atuais, é excluído do avanço da urbanização, onde a moradia precária e a falta de infraestrutura são questões que fazem parte do dia-a-dia dos moradores, que procuram meios de adequação ao lugar para suprir os problemas encontrados e manifestar sua herança étnica. Nesse cenário, os bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa, localizados no município de São Luís, possuem características culturais marcantes e população majoritariamente negra, que cooperaram para a consolidação do bairro e manifestaram sua cultura durante a formação daquele território, caracterizando uma territorialidade negra no lugar. Hoje, autointitulado como Território Liberdade Quilombola, buscam reconhecimento como primeiro quilombo urbano do Maranhão. Este trabalho busca entender o processo de inserção da população pobre e negra no espaço urbano, considerando a história oral e os aspectos identitários do lugar para a análise da evolução do território urbano ao longo do tempo.

Palavras chave: Territorialidade negra, aglomerados subnormais, São Luís, Liberdade, Fé em Deus, Camboa

ABSTRACT

With the abolition of slavery, many densely populated and spontaneously constituted urban areas have surfaced in Brazil, and are an example of how much the legacies of slavery have left deep roots in society. The place of the poor negro, even in the present day, is excluded from the advance of urbanization, where the precarious housing and the lack of infrastructure are issues that are part of the daily life of the residents, who seek means of adaptation to the place to meet the problems encountered and manifest their ethnic heritage. In this scenario, the neighborhoods of Fé em Deus, Liberdade e Camboa, located in the city of São Luís, have strong cultural characteristics and a predominantly black population, who cooperated to consolidate the neighborhood and manifested their culture during the formation of that territory, characterizing a black territoriality in place. Today, self-titled as Territory Liberdade Quilombola, seek recognition as first urban quilombo of Maranhão. This paper seeks to understand the process of insertion of the poor and black population in the urban space, considering the oral history and the identity aspects of the place for the analysis of the evolution of the urban territory over time.

Key Words: Black territoriality, subnormal clusters, São Luís, Liberdade, Fé em Deus, Camboa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Missa do Quilombo, realizado durante as festividades do dia da Consciência Negra, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	27
Figura 2: Habitações autoconstruídas no Alto do Bode, no bairro da Liberdade, em São Luís.....	36
Figura 3: Localização das habitações em quatro períodos: início do século XX; 1955, 1975 e 1999.....	41
Figura 4: Proporção de pessoas residentes em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016.....	42
Figura 5: Sobreposição Bairros Negros e Bairros Populares	43
Figuras 6 e 7: Moradias encontradas em Madagascar e no Benim.....	44
Figura 8: Apresentação cultural do bloco afro-brasileiro Netos de Nanã nas ruas do bairro da Liberdade nas comemorações dos 101 anos.	49
Figura 9: “Planta da cidade do Maranhão levantada”, com destaque feito por Joana Silva na área da Camboa.....	52
Figura 10: Fábrica de Fiação e Tecidos Maranhense.....	54
Figura 11: Habitações construídas próximas ao Rio Anil.....	56
Figura 12: Matadouro Modelo.....	57
Figura 13 : Área do bairro da Liberdade, com moradias construídas em palha e barro.....	60
Figura 14 : Mapa da cidade de São Luís (1955).....	66
Figura 15 e 16 : Casa construída no programa Promorar e croquis das diferentes tipologias.....	67
Figura 17: Polícia demolindo habitações construídas no Promorar (1982).....	82
Figura 18 e 19: Área do Promorar (imagens de satélite e Street View).....	83
Figura 20: Rua da Vala, com canalização aberta, limitando o tráfego de pessoas.....	84
Figura 21 e 22 : Incêndio em palafitas da Fé Deus e arrecadação de suprimentos na Igreja de Nossa Senhora Aparecida.....	85
Figura 23 : Relação da evolução das casas no território, conforme relatos de Sr. Edilson, Maycon e Alexandre.....	86

Figura 24 : A rua e suas diversas etapas de construção: a palafita, o aterro e posteriormente, o asfalto.....	87
Figura 25 : Capela de São Benedito localizada na Vila Sésamo, em rua sem saída em que a comunidade todos os anos realiza festejo ao santo.....	89
Figura 26: Crianças brincando e mães conversando na calçada de suas casas, no trecho em frente à Igreja Santo Expedito, na Floresta. A movimentação das crianças permaneceu mesmo durante a chuva.....	90
Figura 27 e 28 : Moradias encontradas na Rua Côrrea Araújo e na Rua Orlando de Barros, próximas ao Promorar.....	92
Figura 29 : Becos e escadarias presentes no bairro, na área da Floresta.....	94
Figura 30: Mapa cultural da Liberdade.....	98

LISTA DE MAPAS E QUADROS

Mapa 1: Mapa de origem da ocupação de São Luís.....	38
Mapa 2: Localização da área de estudo.....	51
Mapa 3: Segmentações existentes no território (baseadas nos relatos dos moradores).....	76
Mapa 4: Mapa de equipamentos urbanos encontrados nos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus.....	79
Mapa 5: Localização dos portos citados durante os relatos dos moradores:.....	81
Quadro 1: Morfologia do processo de ocupação do mangue.....	70

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
3. O CONTEXTO URBANÍSTICO PÓS-ABOLICIONISTA	19
3.1. Conflitos e vivências no espaço urbano	20
3.2. Territorialidade negra e a influência na dinâmica espacial das cidades	27
4. SÃO LUÍS: A URGÊNCIA DO MORAR E AS PERIFERIAS NEGRAS	37
5. O BAIRRO DE DENTRO: TERRITÓRIO LIBERDADE QUILOMBOLA	53
5.1. Formação e evolução dos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus	57
5.2. Percepções	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110



Fonte:<<https://is.gd/RaNGug>> Acesso em: 15 jul. 2019

HMSQNCT áη N

1. INTRODUÇÃO

O lugar do negro na cidade, mesmo após o fim da escravidão, foi à margem do desenvolvimento urbano e do crescimento das cidades. Destituído inicialmente de seu território original, direcionado à senzalas e porões de sobrados durante a escravidão e, novamente, inserido no regime de trabalho livre sem políticas reparatórias direcionadas à habitação e ao trabalho, a necessidade do morar foi evidenciada durante toda a sua trajetória. Assim, seus espaços foram sendo construídos de forma autônoma, sem auxílio do Estado ou do mercado, refletindo nos aglomerados urbanos majoritariamente negros, onde a insalubridade e a precariedade estrutural foi presente durante a constituição dos espaços.

A história da população negra no espaço urbano é tema pouco estudado até então no campo da Arquitetura e Urbanismo, o que mostra que não houve atenção necessária e reparatória no seu processo de inserção na sociedade, tendo como um de seus resultados a ocupação predominantemente negra nas periferias mais carentes das cidades, espaços invisíveis no meio urbano. Os estudos sobre planejamento urbano no país mostram que as práticas de exclusão, que são privilégio das classes dominantes, afastam aqueles cuja a presença é indesejada de seus territórios de interesse (ROLNIK, 2003), criando barreiras “invisíveis” e intransponíveis nos espaços urbanos e determinando os espaços ao qual as classes mais baixas devem pertencer.

Esse grupo em especial, de acordo com Campos (2006), foram os últimos indivíduos inseridos no mercado de trabalho livre, ainda que estivessem presentes há quatro séculos na sociedade brasileira; foram os últimos inseridos no âmbito educacional, mesmo constituindo a maioria da população até o início do século XX; foram um dos primeiros a sofrer discriminação, inicialmente como mão de obra escrava, posteriormente através da desqualificação por serem pessoas de cor preta/parda.

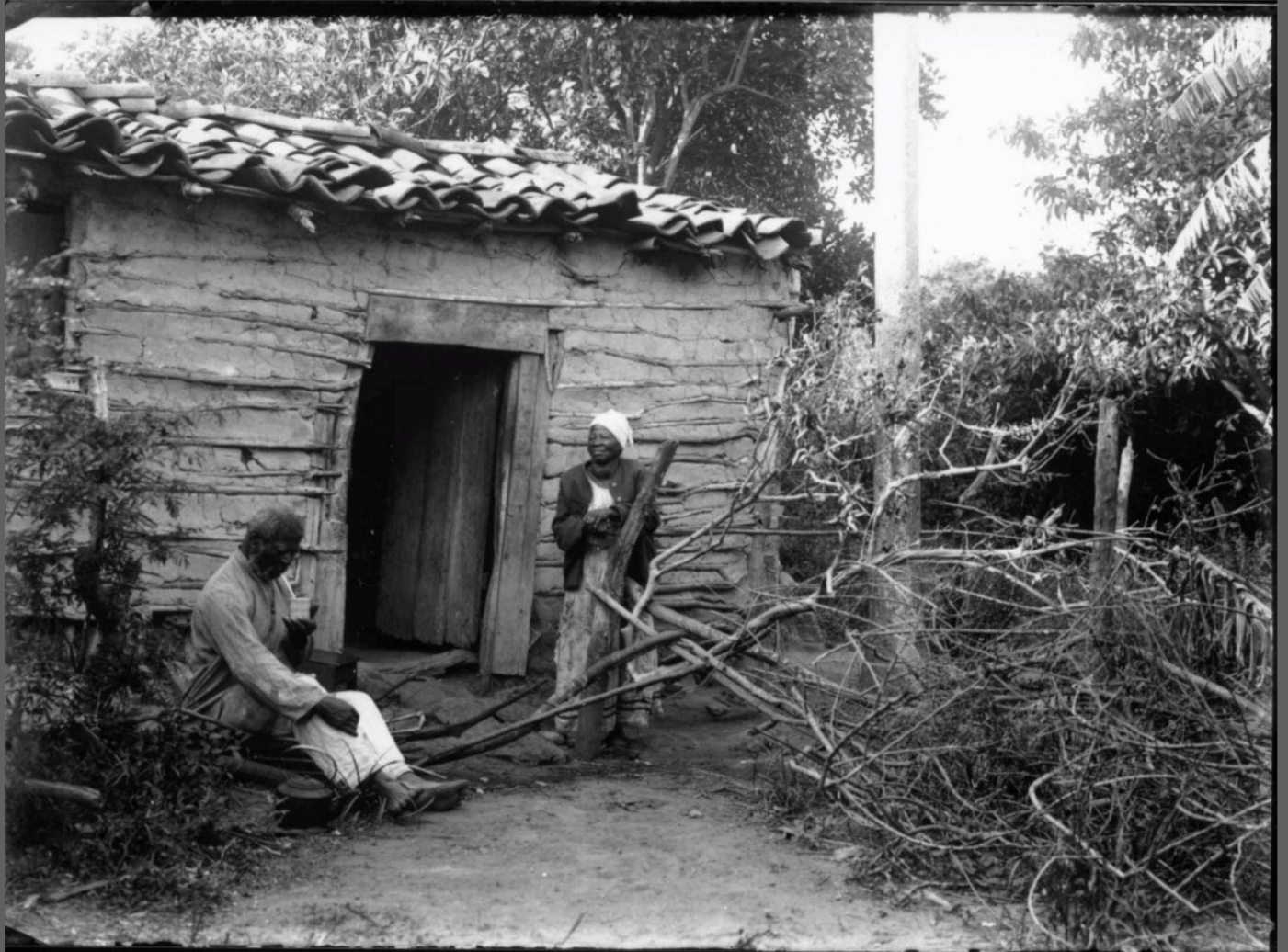
Inseridos em um contexto urbano que estigmatiza seus territórios e seus modos de vida, os territórios hoje ocupados por essa população passam por ressignificações com o intuito de suprir as necessidades do local e aumentar as noções de pertencimento e identidade à ele, atribuindo a estes termos como quilombo urbano e bairros/territórios negros. O termo quilombo urbano, nesse sentido, vai além de seu conceito original e ressignifica os territórios urbanos ocupados por população majoritariamente negra, atribuindo a estes espaços resistência, cultura e identidade.

É nessa perspectiva que se realiza um estudo sobre o processo de inserção da população pobre e negra no espaço urbano, a partir do território ocupado por esta população, usando como estudo de caso os bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa, que em conjunto buscam reconhecimento como primeiro quilombo urbano do Maranhão, o território Liberdade Quilombola. Espaço urbano de maioria afrodescendente, a história dos bairros têm como característica comum raízes étnicas fortes, a autoconstrução como principal forma de consolidação do território e a característica de ocupação informal, resultando em bairros de concepção autônoma e especificidades características. Além disto, os bairros têm muitos de seus primeiros moradores advindos de quilombos da baixada maranhense. que através do êxodo rural, migraram para a área urbana em busca de melhores condições de vida no início do século XX.

Estas áreas representam espaços de resistência desde o seu surgimento, localizadas em área de aglomerado subnormal e desconsideradas na rota de desenvolvimento da cidade, assim como inúmeras periferias brasileiras. A luta por infraestrutura, moradia adequada e equipamentos públicos é constante e se fez necessária desde o início de sua ocupação.

Assim, com o objetivo de entender os modos pelos quais o negro organizou-se no espaço urbano e a influência da sua herança cultural no espaço, o objetivo geral da pesquisa parte da análise do processo de formação dos bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa, que em conjunto formam o Território Liberdade Quilombola, localizado no município de São Luís (MA), buscando analisar o

processo de inserção do negro nas áreas urbanas, no cenário pós-abolição brasileiro e suas territorialidades; informações sobre a presença e formação de periferias negras na cidade de São Luís, consolidadas a partir da urgência por terra e habitação, e por fim o histórico de ocupação das áreas de estudo de caso, além de aspectos característicos dos bairros, utilizando de dados institucionais, pesquisas realizadas e relatos dos moradores para entender as formas como as pessoas se organizam em lugares deixados de lado à urbanização.



Fonte:<<http://tiny.cc/rody9y>> Acesso em: 15 jul. 2019

L D S N C N K N F H @

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi dividida em 4 fases, onde a primeira foi o estudo teórico-bibliográfico a partir de publicações acadêmicas e livros que discorrem sobre a temática etnicidade no espaço urbano, tais como dissertações, artigos e teses, seguindo uma abordagem multidisciplinar através da Sociologia, Geografia e Arquitetura e Urbanismo. A partir de tais análises, foi elaborado um histórico baseado no contexto de segregação e exclusão espacial do negro nas cidades brasileiras a partir do pós-abolição, compreendendo a lógica de formação das periferias e territórios negros urbanos a partir dos traços identitários característicos negros. Diversos autores nortearam tais estudos e dialogam com a temática étnica e urbana como Raquel Rolnik, Maria Estela Ramos, Andreilino Campos e Lourdes Carril.

A segunda fase da pesquisa foi direcionada ao estudo das periferias negras localizadas na cidade de São Luís e o seu processo de formação, que estiveram sujeitas às lógicas higienistas de produção do espaço ludovicense e influência do êxodo rural de origem da baixada maranhense. Para isto, foram utilizados dados de órgãos institucionais, como o IBGE, e publicações de autores que estudam o desenvolvimento das cidades maranhenses, Antônio José Ferreira, Frederico Burnett e José Reinaldo Ribeiro Júnior.

A terceira fase consiste no início do estudo de caso, a partir do histórico de formação, consolidação e evolução dos bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa, considerando a influência das unidades fabris até a implementação do PAC Rio Anil, a partir de dados, publicações e fotografias, somadas aos dados coletados nos órgãos institucionais.

A fase final da pesquisa consiste no relato (e contextualização com os assuntos abordados previamente) das informações coletadas durante o trabalho de campo nos bairros em questão, somadas aos relatos encontrados nas pesquisas realizadas por Ana Valéria Assunção e Maysa Oliveira, que têm sua abordagem direcionada aos aspectos cultural e identitário do território, além das percepções a partir da perspectiva da autora durante as visitas ao local. Os relatos utilizados, em sua totalidade, são de moradores ou frequentadores assíduos da área e foram

iniciados a partir da aproximação com a Secretaria Extraordinária de Igualdade racial do Maranhão (SEIR-MA), com o intuito de compreender como o bairro foi produzido a partir do ponto de vista de quem o produziu. As entrevistas não seguiram um padrão pré-estabelecido através de questionários, e sim a partir do relato do entrevistado a partir de suas vivências e memórias sobre a ocupação dos bairros, das relações com os espaços, seus marcos e características próprias. Os relatos foram fundamentais para a melhor construção do estudo dos bairros, visto que existem poucas produções bibliográficas sobre a formação e expansão dos bairros, além da percepção das características identitárias negras reconhecidas no lugar.



Fonte: Marc Ferrez. Quitandeiras, 1875. Rio de Janeiro / Acervo IMS

BN MSDVSN T QA@MURSHBN
OÙ R, @AN KHBHN MHR@

3. O CONTEXTO URBANÍSTICO PÓS-ABOLICIONISTA

O processo de segregação espacial racial imposta aos negros e pobres no cenário pós abolição nas cidades brasileiras, deve ser considerado a partir de uma análise histórica dos fatos, por volta do fim do século XIX, data que finda a escravidão no Brasil. Para compreender as transformações ocorridas no espaço urbano é necessário destacar as conceituações acerca das espacialidades e da segregação urbana, conceitos apresentados a seguir.

Para tanto, se faz necessário compreender como se dá a noção de segregação socioespacial. Segundo Yves Grafmeyer (1994), a segregação tem por objetivo a separação, o afastamento, sendo as “diferenças de localização entre grupos definidos pela posição social ou pela origem étnica”, onde um grupo pode ser considerado mais segregado quanto maior sua distância do conjunto urbano consolidado ou quanto mais desigual quando relacionado à outro grupo distinto. Porém, para o autor, independente do viés em que a segregação é abordada, sempre será a partir de uma distanciação social e/ou física. A segregação urbana atua na sociedade desde o advento do capitalismo, onde a terra passa a ser tratada como mercadoria e concentra-se somente no poderio dos grupos dominantes. Para Campos (2006):

“Se, por um lado, a falta de reconhecimento do problema gerado pelas desvantagens sociais deixa de ser politizado, por outro lado, aceita-se o fato de que a desorganização é inerente às camadas populares, em que se encontra a maior parte dos pobres urbanos. Dessa maneira, o espaço de moradia e a população confluem para reafirmar a superioridade de um grupo sobre outro, potencializada pelas questões raciais, regionais, bairristas, religiosas, entre outras excrescências sociais.”(CAMPOS, 2006, p. 56)

A forma que a cidade se organiza influencia, também, na segregação urbana, produzindo espaços mais ou menos valorizados frente o mercado imobiliário e impactando diretamente na vida da população residente. Segundo Oliveira (2015) ,

esse processo tem como consequência a periferação das cidades, com áreas que margeiam os centros urbanos e são desprovidas de serviços públicos, o que vai além do conceito de periferia baseado somente na distância do conjunto urbano consolidado, e sim na inexistência de serviços e infraestrutura de qualidade.

Ao acrescentar a questão étnica à problemática da segregação, aliada às econômicas e sociais, pode-se abranger os inúmeros aspectos dos espaços negros que ainda hoje são ditos espaços carentes e marginalizados. No Brasil, de acordo com Telles (2003), impera a teoria de que não existe segregação racial no país, mas sim unicamente a segregação social, onde a presença de negros¹ em bairros pobres é justificada somente pela predominância dos negros em classes mais baixas. Porém, ainda que o país não tenha vivenciado um fenômeno tão violento, de forte discriminação étnica e segregacionista como o ocorrido de forma mais clara nos Estados Unidos e África do Sul no período de 1948 a 1994, a questão étnica não deve deixar de ser um ponto de análise fundamental para as questões da cidade, considerando a inserção tardia do negro no mercado de trabalho formal e o seu baixo poder de compra perpetuado por muitos anos.

3.1. Conflitos e vivências no espaço urbano

Após a oficialização do fim da escravidão no Brasil e a chegada em massa de imigrantes europeus às grandes cidades do país, ocorrido inicialmente no final do século XIX, houve um crescente fluxo migratório para as áreas urbanas e o resultado manifestou-se no inchaço populacional das principais cidades brasileiras, que cresceram compulsoriamente e seguindo diversas lógicas, onde o estado e o mercado proveram os espaços destinados para as altas camadas da sociedade, enquanto as camadas baixas ficam a mercê da própria força para produzir suas habitações e o espaço que lhes cabe. Em decorrência deste processo, Braga e Morado Nascimento (2015), pontuam o adensamento ocorrido nas edificações

¹ Para esta pesquisa será utilizado o termo para designar as pessoas que se autodeclararam como pertencente à cor preta e/ou parda no Censo Demográfico do IBGE (2010), onde Negros (Pretos e Pardos) compõem a maior parcela da população brasileira, 50,7%, seguido de Brancos (47,7%), Amarelos (1,1%) e Indígenas (0,4%).

existentes nas cidades e o surgimento de novas habitações em áreas públicas ou privadas nas periferias destas, locais ignorados pelas classes mais altas e destino comum para aqueles que não possuíam espaço e renda condizentes com os padrões dos grandes centros. Ainda assim de acordo com Chalhoub (1996) havia o interesse de deslegitimar as habitações construídas para abrigar as classes mais pobres e escravos recém libertos baseados no discurso de modernização, “limpeza” e controle dos grupos que eram tidos como problemática social.

Dessa forma, coube às elites os espaços com melhor infra-estrutura e qualidade urbanística. Segundo Carril (2006):

“(...) esse contexto em que se situam os marcos da libertação dos escravos e ao mesmo tempo da criação de mecanismos que impedirão o acesso às terras e ao trabalho nos auxilia a abarcar a historicidade da presença/ausência do negro na cidade, ao mesmo tempo em que nos permite entender a sociedade que foi sendo construída.” (CARRIL, 2006, p.74)

Com o afastamento dessa população das áreas de interesse do Estado e do capital, segundo Campos (2012) a segregação, a discriminação e a pobreza converteu-se no quadro de exclusão que faria parte de suas realidades a partir de então. Para os afrodescendentes, a pobreza estaria embasada em duas justificativas: a dificuldade de acesso à terra e a inserção tardia no mercado de trabalho livre e no ambiente urbano. De acordo com Rolnik (1989):

“Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza.”(ROLNIK, 1989, n.p)

Houve também o impedimento à determinados tipos de trabalho para os libertos, situação que prolonga-se e manifesta-se com mais clareza quando analisa-se a limitada ascensão social do negro, pois mesmo “após a abolição, a mesma elite que não desejava empregar os libertos, os chamava de vadios” (CHALHOUB apud RAMOS, 2007, p.40).

Como resultado do adensamento das cidades e a consequente precarização da infraestrutura urbana, surge o discurso da insalubridade diretamente relacionada à concentração de trabalhadores pobres, que ao habitar edifícios carentes de infraestrutura e superlotados, impactam de forma negativa nos espaços urbanos de interesse das elites e se colocam como um obstáculo ao embelezamento das cidades.

Segundo Correia (2004) o urbanismo higienista da época fortalecia a ideia de que seria necessária uma ampla reforma - no que diz respeito ao trabalhador pobre, seu modo de morar e na produção da sua habitação. Na capital do país do período, o Rio de Janeiro, as mudanças foram expressivas e refletiram-se na demolição de inúmeros cortiços durante o período conhecido como a “era das demolições”, o que influenciou a dinâmica espacial do contingente de afrodescendentes da cidade e na consolidação das favelas cariocas (CAMPOS, 2006). Segundo Chalhoub (1996) a partir do relatório elaborado por Everardo Backheuser, as principais formas de habitação popular no período eram as estalagens e cortiços, onde as primeiras eram definidas como:

Pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos.” (CHALHOUB, 2001, p.38)

Enquanto os cortiços eram:

(...) São ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos consertos clandestinos, atravessadas nos fundos de prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e contextura ruinosa. (CHALHOUB, 2001, p.38)

Tais habitações eram vistas como um problema para a manutenção do controle social dos negros e pobres que residiam nas cidades, além de ameaçar a higiene e moral urbana. A abordagem da problemática porém altera-se conforme o avanço das décadas, onde antes o destaque estaria para a forma, as condições da moradia, passaria a ser o local, onde essas habitações seriam construídas (CHALHOUB, 1996).

Conforme a problemática da habitação foi sendo compreendida, ocorre a criação de Códigos de Postura municipais em diversas cidades brasileiras com o intuito de organizar (diga-se padronizar) o ambiente urbano, defendendo a necessidade de um espaço público ordenado. Porém tais legislações eram baseadas em ideais concebidos por grupos dominantes, visto que eram consequência de iniciativas políticas desses grupos, que validou elementos que acentuaram a segregação e por fim afastaram inúmeras famílias das áreas centrais das cidades..

Ao passo em que se priorizava o embelezamento das cidades, com projetos de modernização e alargamento de avenidas, o contraste entre as classes sociais cresce, tornando claro as desigualdades sócio-espaciais. Com a urgência do habitar, a ocupação espontânea do espaço urbano se torna consequência e as margens desconsideradas das cidades são rapidamente adensadas, como áreas alagadiças e de manguezais², onde famílias se instalaram e construíram suas habitações e posteriormente consolidam ocupações, desprovidas de infra-estrutura nos espaços da ilegalidade urbana.

Todavia, na concepção de Villaça (1986), a habitação só passa a ser entendida como um problema de ordem social após a abolição, com o surgimento do “homem livre”. Durante o período escravocrata a falta de moradia não era considerada um problema social, já que os escravos não possuíam direito à

² O Manguezal é um ecossistema característico da costa maranhense e comumente encontrado nas áreas de rios da região metropolitana de São Luís, sendo definido como elemento “(...) de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés.” (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995, p.7)

habitação garantido, além da moradia do escravo - a senzala - está diretamente ligada às propriedades dos seus senhores. Antes mesmo da problemática da habitação, Carril (2006) pontua que a Lei de Terras instituída em 1850 impediu o acesso à terras por meio de doações, seja rural ou urbana, vetando qualquer possibilidade de posse que não a conquistada a partir de compra ou herança. Ou seja, a terra se consolida como mercadoria, tornando-se inacessível pela população negra ainda anteriormente ao fim do sistema escravista. Ainda segundo a autora, os marcos da abolição e a simultânea criação de mecanismos para dificultar o acesso à terra auxiliam na compreensão da presença/ausência do negro na cidade, assim como a sociedade que construiu-se após o surgimento do trabalho livre.

O ideal de progresso vigente após o final do sistema escravista, entre os séculos XIX e XX, tinha por objetivo reestruturar as cidades e construir novos padrões urbanísticos, estes baseado nos ideais e interesses dos detentores do poder político e econômico (CAMPOS, 2006). Estas transformações radicais no meio urbano encontraram argumentações no higienismo, que através de políticas concretas de branqueamento, “limpeza” e embelezamento das cidades (PANTA, 2018), afastava a população negra dos grandes centros em prol de um urbanismo próximo aos padrões europeus.

Na tentativa de legitimar o discurso de branqueamento brasileiro PEREIRA (1928, p.72 apud LIRA, 1999, p. 54) cita o exemplo do discurso de um engenheiro sanitário sobre a higiene e sua relação com a eugenia nas primeiras décadas do século XX: “são duas que precisam caminhar emparelhadas, uma complementar da outra... a primeira cuida da cidade, e a segunda aperfeiçoa a raça de cuja perfeição e vitalidade muito depende o progresso do País.”. Assim como este caso citado acima, houveram setores da sociedade dispostos a defender a inferioridade dos negros e responsabilizar os cortiços e habitações majoritariamente negros como responsáveis pela precarização do espaço urbano. José Mariano, médico e professor de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, foi um defensor do discurso eugenista e do vínculo entre a habitação e a inferioridade racial, e em seus artigos afirmava:

O elemento étnico predominante na formação das favelas é o negro ao qual se aliam, por conveniência própria, outros elementos alienígenas. A tendência do elemento negro ao isolamento da civilização do branco, à qual não se querem submeter, é fato de observação corrente nas repúblicas sul-americanas. Entre nós ela se manifesta de modo ostensivo, em virtude da falta de medidas coercitivas. Voltando à expressão rural, ele satisfaz violentos impulsos do subconsciente. O retorno à vida primária permite aos negros a satisfação de suas tendências raciais, as práticas fetichistas, as danças, as macumbas, etc. As Favelas do Rio de Janeiro como os Mocambos do Recife, são puras sobrevivências africanas como o foram os Quilombos dos Palmares no século XVII. (MARIANO FILHO, 1943 apud LIRA , 1999, p. 63)

Certamente, o discurso de progresso aliava-se à discursos civilizatórios, que de acordo com Flexor (apud RAMOS, 2013) combatiam também hábitos considerados incômodos da população, como os cultos místicos e as festas populares, e até mesmo a presença negra nos centros urbanos. Dessa forma, Costa (2014) explica que os espaços ocupados por estas classes populares passam por uma ressignificação, a fim de desenvolver uma relação maior com o espaço e compensar as deficiências do lugar:

Foi necessária a elaboração de alguns mecanismos essenciais para a sobrevivência dos grupos populares, tais como os padrões de solidariedade e trocas sociais e a busca pelos espaços externos em contrapartida à reduzida área interna de suas moradias: faziam uso dos quintais coletivos, se apropriavam das calçadas em frente às casas, das próprias ruas e dos pontos de encontro pela cidade, como botequins e mercados.(COSTA, 2014, n.p)

Com o trabalho livre e o fim da escravidão no país, inúmeros debates surgiram com o intuito de decidir o futuro dos escravizados a nível de política pública. Segundo Ramos (2007) houveram campanhas em defesa do trabalho e permanência dos negros somente nas lavouras rurais, com a finalidade de retirada do grupo dos centros urbanos; também vertentes que defendiam a possibilidade de retorno ao país de origem, porém essa opção só era possível aos poucos que conseguiram certo poderio econômico por conta dos altos custos de transporte,

motivo pelo qual a ideia foi logo abandonada pelas autoridades. Assim, apesar das propostas e pressão dos movimentos sociais existentes na época, foram poucas as iniciativas de políticas afirmativas (repito, afirmativas, não reparatórias) com o objetivo de amenizar os diversos danos causados pelo regime escravocrata no país.

Com o fim de compreender as causas da segregação racial existente nas cidades até a atualidade, a autora Panta (2018) elenca e sintetiza as razões mais recorrentes nos estudos urbanos, destacando inicialmente os modelos urbanísticos criados a partir dos ideais de eugenia e higienismo que expulsaram a população negra dos grandes centros, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XX. Somado à isso, o fato da maior parcela da população negra não pertencer às classes mais abastadas, assim residindo em áreas em que é possível arcar com os custos referentes à habitação, que vão de conjuntos habitacionais à áreas de ocupações irregulares. Raquel Rolnik afirma que:

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas (ROLNIK, 1989, n.p)

Ao concluir que a segregação do espaço urbano também está relacionada à questão racial, Silva (2018) relata a analogia utilizada nos estudos urbanos: a casa grande e senzala urbana. A senzala urbana representa as cidades brasileiras, onde ocorre a periferização da maior parcela da população negra, que ao residir em lugares com menos oportunidades para seu desenvolvimento socioeconômico, prevalece como a maior parcela entre os mais carentes da sociedade.

Considerando que para habitar, exercer o seu direito à moradia, o indivíduo necessita direcionar parte de seus rendimentos para tal, já que até então não existiam iniciativas de promoção de habitação popular gratuita e/ou acessível, é

possível compreender a evolução do problema que perdura ainda hoje no país: a habitação. Ao analisar a origem da habitação popular no Brasil, Burnett (2014) relaciona o surgimento do problema habitacional ao fim da escravidão e posterior surgimento do homem livre, que ao receber pagamento monetário por sua força de trabalho, passa a ser o único provedor de sua moradia e de sua sobrevivência.

Dessa forma, o desenvolvimento das cidades brasileiras se deu a partir de lógicas higienistas, onde a legalidade urbana foi relacionada ao modo de vida das classes mais abastadas (ROLNIK, 1989), definindo padrões de habitação e limitando os modos de utilização dos espaços públicos, excluindo à ilegalidade aqueles que não seguem os padrões pré-estabelecidos.

3.2. Territorialidade negra e a influência na dinâmica espacial das cidades

Entender a importância dos estudos dos ambientes em que a população negra se estabeleceu e se apropriou após a abolição é fundamental para a concepção de cidade, considerando as experiências urbanas, os moradores, os fatores sociais e históricos ligados à formação desses espaços. Além disso, amplia o debate sobre segregação espacial ao tratar estes territórios não somente como “espaços restantes”, e sim espaços construídos a partir de singularidades próprias desta população. Como dito por Campos (2007), considerar o fator da segregação espacial sem buscar a sua superação na produção da cidade só evidencia sua existência e estagna o debate sobre o tema. Ao produzir um aporte teórico relacionando heranças étnicas à origem de bairros negros na cidade de Salvador Ramos (2013), ressalta a possibilidade de pensar a produção da cidade incorporando, além das relações de renda, a cultura como eixo de análise, apesar da precariedade urbanística existente nestes bairros.

De acordo com a autora, as relações desenvolvidas no espaço podem auxiliar na construção da territorialidade negra urbana, assim como comprovar a necessidade de decisões urbanísticas específicas nos espaço negros, utilizando-as como forma de inserção social e territorial. Nesse sentido, se faz importante

entender como essas territorialidades se constituíram, levando em conta a história e a cultura para compreender todo o contexto.

Portanto, para além do entendimento de ascendência africana como único elo comum é necessário trabalhar na perspectiva de identidade, aplicando o termo afrodescendência e indo além de fatores puramente biológicos e fenótipos, considerando novas abordagens. Segundo Cunha Júnior (2007), a afrodescendência busca analisar a realidade da população negra a partir da realidade política, econômica, cultural e social, dando enfoque à realidade cotidiana dos espaços urbanos de maioria afrodescendente, de modo a compilar um conhecimento baseado na história local dos grupos. Para o autor, estes territórios são:

(...) espaços urbanos em que encontramos outros grupos sociais de origens históricas e culturais diversas, mas onde encontra-se a população afrodescendente como maioria, sendo esta a que determina a dinâmica cultural e social desses territórios. (CUNHA JÚNIOR, 2007, p.71)

Os territórios de maioria afrodescendente são espaços urbanos onde a população afrodescendente é grupo majoritário, não só no aspecto quantitativo, mas na consolidação do território através da cultura destes moradores (RAMOS, 2007). Ainda segundo a autora, o entendimento destes territórios não se baseia somente na pobreza ou na segregação espacial, pois estas não indicam a identidade dos seus moradores, e sim são consequência dos processos históricos ocorridos na sociedade que os vitimou. De acordo com Ramos (2007):

À medida que estes espaços são processados ao longo do tempo no seio de uma comunidade, constitui-se um território, impregnado de elementos culturais, definido por identidades e simbolismos, gerando um conjunto dinâmico de práticas que se processam continuamente. Nos territórios de maioria afrodescendente, a especificidade é demarcada pela sucessão de significações resultantes de uma construção de singularidades sócio-culturais de matriz africana.(RAMOS, 2007, p.61)

Dessa forma, a autora acrescenta que as identidades são construídas através de uma relação entre seus moradores e o bairro, e tal relação é transmitida para as gerações futuras através do próprio espaço urbano, sendo este capaz de reproduzir conhecimento (RAMOS, 2007). Na perspectiva da educação, Freire (apud RAMOS, 2007) argumenta que os espaços públicos podem ser referências positivas ou negativas na formação dos indivíduos, onde a qualidade do lugar e da relação que se tem com ele são determinantes no aprendizado. O espaço se configura como reflexo de um modo de vida de uma sociedade, de suas manifestações culturais, de sua história, sendo fator importante para a compreensão da identidade de determinada sociedade. Somado à isso, a autora acredita que as dinâmicas culturais influenciam na manutenção da qualidade de vida da população e de suas identidades, se refletindo nas dinâmicas do espaço.

Considerando os territórios negros que são consolidados a partir do tempo, da comunidade, da noção de identidade e cultura dos afrodescendentes, (RAMOS, 2007) há de se considerar as diversas territorialidades negras a partir da abolição, para melhor compreensão da influência desses espaços nas cidades contemporâneas, que não deixam de ser territórios negros, mas que herdaram a história, a identidade e também são frutos de vivências urbanas anteriores.

A formação da identidade negra na condição de escravo ocorreu através da imposição de novas práticas e a tentativa de supressão de sua identidade primária, fruto de seu país de origem (RAMOS, 2007). Embora tenham sido aprisionados em ambientes concebidos para o confinamento e supressão de sua autonomia, as senzalas se constituíram como os primeiros territórios da população negra no Brasil. Segundo Rolnik (1989), foram nestes ambientes que surgiu a herança baseada na solidariedade e na consciência de grupo, cujo único laço comum seria a ancestralidade africana. O pátio transformou-se em terreiro, elemento característico dos territórios negros até os dias de hoje, no samba, no candomblé e diversos outros espaços afro-brasileiros urbanos (ROLNIK, 1989).

A partir da senzala, os espaços urbanos que possibilitaram ainda que limitada sociabilidade tiveram sua importância até o século XIX, demarcando a presença dos escravos no ambiente urbano: as fontes, onde os escravos abasteciam com água e lavavam roupas dos seus senhores; os comércios de rua, que eram associados ao banditismo e proibidos por diversos códigos de posturas municipais; as vendedoras ao ganho, que trabalhavam nas ruas, longe de seus senhores e encontravam nas ruas as “vistasas quitadeiras africanas e jogavam capoeira nas praças públicas.”(CARRIL, 2006).

As organizações religiosas foram de grande importância no período no sentido de amparo aos inúmeros doentes, idosos, pobres e escravos, com destaque para as Irmandades Católicas que instalaram-se no Brasil durante os séculos XVII e XVIII (RAMOS, 2007), assim como outros espaços importantes de organização comunitária. Segundo a autora, as irmandades assumiram o papel de intermediação junto aos governantes locais por perdão às penas de morte e castigos violentos, além de dar suporte aos negros livres e escravizados nos processos jurídicos por liberdade. Há os exemplos de irmandades que iam além do papel assistencialista e se configuraram como símbolos da resistência e suporte aos escravos, apoiando fugas e redes de comunicação ainda nos períodos que antecederam a abolição, como a Irmandade Nossa Senhora dos Remédios, em São Paulo (ROLNIK, 1989). Em São Luís há o exemplo das Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito dos Pretos, comunidades predominantemente negras que foram fundadas durante o contexto escravocrata, sendo uma alternativa para aqueles que, pela cor ou pela condição, não eram aceitos em espaços antes predominantemente brancos.

Figura 1: Missa do Quilombo, realizado durante as festividades do dia da Consciência Negra, na Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Fonte:

<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/missa-dos-quilombos-une-fe-e-resistencia-para-marcas-dia-da-consciencia-negra>

Já os quilombos, símbolos da resistência ao regime escravista, foram além da função de acolhimento dos negros fugidos e possibilidade de zona livre no cenário da época, e se tornaram espaços de resistência e reafirmação da identidade negra. No cenário da época tornou-se a melhor possibilidade para o acolhimento da população negra e pobre, correspondendo às favelas contemporâneas nas relações de solidariedade estabelecidas nos dias de hoje (CAMPOS apud SILVA, 2018). Para a Fundação Palmares, órgão responsável pelo reconhecimento e titularização das áreas remanescentes de quilombo no Brasil:

(...) o termo quilombo é utilizado para nomear os locais de refúgio e resistência dos negros que fugiam dos seus senhores de escravos durante o período colonial e imperial. As comunidades que então se formaram também incluíram, além dos negros escravizados fugidos, indígenas, mestiços e brancos pobres. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017)

Os quilombos se consolidaram como territórios rurais, liderados e organizados por negros fugitivos e foram por muito tempo o meio mais efetivo de

opor-se à estrutura escravista brasileira (SILVA, 2018), como exemplo o Quilombo de Palmares, localizado na capitania de Pernambuco, considerado como o mais importante e duradouro quilombo da América. Segundo a autora, o quilombo brasileiro se configurou de forma similar aos quilombos africanos³ e com o objetivo de reafirmar sua cultura e história, porém considerando o contexto de seu surgimento, colocou-se como “um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos.”(SILVA, 2018)

Para Anjos (apud RAMOS, 2013), os quilombos surgiram principalmente em ambientes rurais localizados próximos à faixa litorânea do país, porém houveram diversos núcleos que se consolidaram próximos ou inseridos na malha urbana, sendo encontrados nas cidades em casas coletivas no centro ou núcleos semi-rurais (ROLNIK, 1989). Como consequência de sua consolidação no ambiente urbano, diversos quilombos originaram também importantes núcleos negros urbanos, como o bairro do Bexiga, em São Paulo.

Após a abolição da escravidão e o surgimento do trabalho livre, ocorreu a entrada em massa de imigrantes no país (principalmente em algumas cidades brasileiras) e surgiram inúmeros projetos que buscavam o desenvolvimento urbano baseado nos moldes europeus. Aos territórios negros, onde em sua maioria são aglomerações que surgiram a partir da ocupação da terra, à margem dos centros urbanos e bairros com maior disponibilidade de emprego e infraestrutura, surge a classificação de “território marginal” e violento, dada às periferias, às ocupações irregulares, e aos quilombos:

Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à idéia de desorganização, uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado.(ROLNIK, 1989, n.p)

³ O termo quilombo já era utilizado no continente africano antes do período escravista brasileiro, de origem kimbundo, significa “união” ou acampamento de guerreiros na selva (MUNANGA apud SOMMER, 2005)

Somado à imagem de marginalidade, a linguagem corporal característica dessas comunidades negras (herança da cultura africana) incomoda aos defensores dos padrões de homogeneização racial e hegemonia branca e cristã, assim “a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais” (ROLNIK, 1989), sendo utilizado de instrumentos formais para a proibição de tais posturas no meio urbano, como os Códigos de Postura Municipais que entraram em vigor ainda no período escravista, como exemplifica o Código de Posturas de São Luís de 1842:

Artº 124. Os batuques e danças de pretos são prohibidos fora dos lugares permitidos pela auctoridade. Aos contraventores, que serão o que forem encontrados em flagrantes infracção desta postura, multa de cinco mil réis, por cada um que foi encontrado, ou seis dias de prisão, quando não satisfaçam a multa pecuniária. (CÓDIGO DE POSTURAS DE SÃO LUÍS, 1842)

O Código de Posturas de São Luís de 1866 ainda traz, de forma mais enfática, a punição para construções irregulares de casas com cobertura em palha, alegando o risco de incêndio, porém afastando ainda mais a população pobre para as áreas da cidade além do perímetro urbano. Entretanto, o que pode-se concluir com a leitura de tais leis e breve estudo sobre a formação dos bairros é que enquanto estas são rígidas para determinadas áreas da cidade, impondo comportamentos, ignorando o desenvolvimento, porém limitando determinadas construções em prol do dito desenvolvimento, para outra há oferta de investimento em infraestrutura urbana, revelando como o poder público age de forma parcial e não atende às problemáticas do crescimento urbano no que tange aos grupos mais carentes.

Hoje, o IBGE denomina como aglomerados subnormais as áreas de favelas, comunidades autoconstruídas, vilas, entre outras áreas que foram destino para resolução imediata do problema de habitação, e para muitos autores, têm seu surgimento atribuído à abolição da escravidão (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1986).

Ainda segundo o Censo 2010, cerca de 68,4% dos moradores que residem nestas áreas são negros (pretos e pardos), deixando assim seus marcos na organização destes espaços, “uma vez que estes territórios afrodescendentes são fundamentados pela “lógica da necessidade” e pela lógica cultural (CUNHA JUNIOR e RAMOS , 2006).

Os quilombos urbanos são territórios negros recentemente conceituados e reconhecidos a nível de titularização federal, cujas áreas são remanescentes de quilombos que foram consolidadas no meio urbano ou foram envoltos pela malha urbana conforme o crescimento das cidades. As comunidades que ali se consolidaram têm o direito ao território efetivado no artigo 68 da Constituição de 1988⁴, tanto a partir de terras herdadas originalmente de quilombos, quanto às adquiridas posteriormente por ex-escravos ou homens libertos através de compra ou herança (PEREIRA, 2014;CORREA apud RAMOS, 2007). Segundo Sommer (2005), o primeiro reconhecimento de quilombo urbano à nível federal ocorreu em Porto Alegre, no Quilombo da Família Silva, onde um núcleo familiar localizado em uma área de grande interesse imobiliário na cidade procuraram evitar seu desalojamento por falta de título de propriedade de suas terras. Entretanto, poucos são os casos que são reconhecidos à nível federal, dada a burocracia, as disputas de terra e necessidade de comprovação dos dados. Assim muitos grupos se auto intitulam como quilombos urbanos na tentativa de atribuir um novo significado ao termo, aliando-o à uma resistência urbana e chamando atenção para as problemáticas e características identitárias dos bairros, somado à segregação socioespacial e racial presente nestes territórios.

Sendo assim, o termo quilombo urbano surgiu, como o próprio conceito de quilombo, “como uma construção que se insere nas lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais das populações afrodescendentes” (PEREIRA apud SILVA, 2018), como formas de nomear as comunidades que nasceram com o objetivo de luta por moradia e liberdade. De acordo com Cardoso (2001), a partir da década de 70 há um processo de ressignificação do termo, sendo associado a partir de então à

⁴ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

resistência da memória, identidade e cultura negra. Ao associar o conceito à questão urbana contemporânea, Pereira (2014) coloca o termo quilombo urbano como:

a auto-atribuição que se fazem as comunidades de favela das grandes cidades brasileiras, cuja população majoritariamente negra sofre, historicamente, os impactos da segregação socioespacial, econômica e racial operada nas sociedades capitalistas.(PEREIRA, 2014, p. 50)

(...) num contexto de lutas pelo direito à cidade, evocação de uma tradição de resistência de mulheres e homens negros que, por meio das sociedades quilombolas do passado, atuaram como sujeitos da própria liberdade. (PEREIRA, 2014, p.50)

Considerando as características similares presentes nestes territórios de periferia urbana e quilombos, Campos (2007) aproxima estas realidades em uma “transmutação do espaço quilombola”, onde a periferia representa na contemporaneidade o que os quilombos representaram no regime escravista para a alta sociedade.



Fonte:<<http://tiny.cc/rwdy9y>> Acesso em: 15 jul. 2019

Rñ N KT ů9@T QF ūMBH@
C N L N Q@Q D @R
ODQHEDQH@R MDF Q@R

4. SÃO LUÍS: A URGÊNCIA DO MORAR E AS PERIFERIAS NEGRAS

São Luís, capital do estado do Maranhão, tem localização estratégica na costa do nordeste brasileiro e possui uma extensão territorial de 834.785 m², além de ter uma população de aproximadamente 1.073.893 habitantes (IBGE, 2010).

O estado do Maranhão foi por muito tempo pólo da produção açucareira do país, importando grandes contingentes de negros escravizados de outros estados e diretamente do continente africano para compor a principal força de trabalho do estado, refletindo até os dias de hoje no contingente de negros na população maranhense (FERRETTI, 2008). Sendo majoritariamente negra ou mestiça no fim do século XVIII, o estado possuía aproximadamente 79.000 habitantes, 40,28% composta de negros africanos (MEIRELES apud SILVA, 2014).

A concentração de negros no estado seguiu esta tendência mesmo após a proibição do tráfico negreiro no país, onde o Maranhão exportou grande contingente de negros para trabalhar na agricultura cafeeira do sudeste (SILVA, 2014). Entretanto, de acordo com o autor, o estado permaneceu com um dos maiores contingentes de pessoas negras do norte e nordeste, tendo São Luís a maior concentração de escravos, o que demonstra o quanto o regime escravocrata manifestou-se nas diferentes realidades urbanas e na própria evolução da cidade (SILVA, 2014 ; GATO, 2015). Ainda de acordo com o recenseamento geral do império em 1872, o estado possuía o terceiro maior contingente de escravos do país (GATO 2015).

Tabela 1: Cidades de maior população escrava no Maranhão (1872)

Municípios	Escravos	% População Escrava/ População Livre	Principais produtos agrícolas
São Luís	7.026	22,2	Capital da província
Codó	6.763	42,2	Algodão, arroz
Guimarães	5.483	39,3	Açúcar e farinha
Alcântara	4.773	30,4	Açúcar e algodão

Fonte: FARIA apud GATO, 2015

Em São Luís, por tratar-se da cidade maranhense com maior contingente de

escravos do estado, havia uma relação entre cor, condição social e moradia (GATO, 2015), seguindo a lógica de ocupação das áreas que margeiam os lugares que dispunham de infra estrutura, serviços e trabalho, além da influência do sistema escravista. Nesse sentido, Gato (2015) exemplifica:

um viajante que desembarcasse no porto de São Luís e percorresse a cidade no sentido nordeste-sudoeste - subindo a avenida maranhense (...) em direção à Igreja do Carmo, depois seguisse pela Rua Grande rumo à Igreja de São Pantaleão e a praia da Madre de Deus - caminharia de uma cidade predominantemente branca, com muitos escravos trabalhando nas ruas, para uma cidade cada vez mais plurirracial, expressivamente negra e mestiça, onde a liberdade era marcada pela pobreza. (GATO, 2015, n.p.)

Com isso, as moradias que caracterizavam as classes mais abastadas da época eram os casarões e solares com fachadas azulejadas, refletindo a opulência econômica das famílias (OLIVEIRA, 2015a). Porém de acordo com Ferreira (2014), além dos casarões construídos por essas famílias, existia a tentativa de segregação espacial no local com influência do próprio poder público, com melhoramentos urbanísticos na área de interesse do comércio local e demais detentores de capital. O Código de Posturas de São Luís, implementado em 1866, condenou a construções irregulares de casas de pindoba (casas de palha de babaçu) na cidade, com o propósito de embelezamento e “limpeza” urbana. Com isso, para o autor, houve a iniciativa de expulsar os grupos de menor poderio econômico (necessário para manter os padrões construtivos exigidos para a área) e promover as intervenções urbanas somente nas áreas de interesse do governo, que contemplavam as áreas residenciais, econômicas e administrativas do centro consolidado, expulsando os grupos populares para as áreas mais afastadas da cidade: a Vila de Vinhais, Paço do Lumiar e a Aldeia São José - revelando os “conflitos e contradições de como se processava a produção do espaço na cidade de São Luís” (FERREIRA, 2014, p.48). Ocupar as áreas próximas ao centro foi a possibilidade mais acessível às classes populares, onde não haviam terrenos planos, daí a presença de palafitas na área de mangue que originaram a vila das Macaúbas e o Goiabal, bairros que margeiam o centro e consolidaram-se em áreas alagadiças.

Com extensas áreas alagadiças e de mangue, a ocupação inicial do território deu-se limitada às áreas disponíveis no centro, delimitado pelos rios Bacanga à esquerda e Anil, à direita. Dessa forma, lógica semelhante à relatada por Gato (2015) perpetua-se no território, em que as ocupações espontâneas majoritariamente negras que surgiram com o crescimento urbano gradual da cidade não se deram nesse núcleo urbano, mas às margens dos bairros consolidados da cidade. As áreas da Madre Deus e Desterro, localizados na região central, abrigavam os primeiros bairros negros da cidade antes mesmo da abolição, com casas construídas em adobe e cobertas de palha, casas que tinham função de esconderijos de escravos fugidos e os primeiros terreiros da cidade (GATO, 2015), expressando no território sua cultura, seus hábitos e crenças.

No entanto, com a abolição e libertação dos escravos que ainda existiam nas cidades, não houve a compatibilização de salários e políticas de reparação social, sendo inseridos em um sistema de trabalho livre de forma desamparada, sem acesso à educação, saúde e a moradia. Segundo Ferreira (2014), esta população que foi “libertada pelo sistema escravista e absorvida pela indústria têxtil” (FERREIRA, 2014, p.48) em São Luís, viveu o declínio desta, o que com o desemprego e recursos escassos, agravou a dificuldade ao acesso à terra. Com isso, o crescimento da ocupação de áreas informais da cidade de São Luís aconteceu e permanece até a atualidade como um processo rápido, porém ignorado por diversos setores públicos, onde espaços insalubres ou de preservação ambiental foram utilizados para consolidação de ocupações habitacionais, resultando na autoconstrução como saída emergencial ao problema da habitação.

Segundo Maricato (1982), a autoconstrução caracteriza-se como o processo baseado na cooperação, com a finalidade de construção da moradia própria ou não, podendo-se estender para construção de escolas, igrejas, associações de moradores, assim como para intervenções na escala urbana, traçado de ruas, aterros, etc. A autoconstrução se faz cada vez mais presente nas cidades brasileiras, considerando a dificuldade de acesso à moradia para a população negra e pobre nas áreas urbanas. Ao considerar áreas que são consolidadas a partir da ocupação informal e autoconstrução das habitações, esta estende-se ao território, abarcando questões acerca da estruturação e evolução da ocupação, sem a

presença do estado como regulador, e sim de seus moradores como autoconstrutores. A autora conclui que

(...) se o salário não cobre os custos da habitação de acordo com as leis do mercado imobiliário privado e se as políticas oficiais estatais dirigem seus investimentos ou sua produção para as camadas restritas da sociedades que tem poder aquisitivo mais alto, a população trabalhadora é obrigada a apelar para seus próprios recursos para suprir essas necessidades de habitação. (MARICATO, 1982, p. 76)

A autoconstrução, nesse cenário, coloca-se como a arquitetura do possível para as classes menos abastadas, tornando-se característica das áreas de ocupação informal urbanas do Brasil e exemplificando a ineficiência do Estado em prover políticas de habitação que preguem a equidade urbana. Diante deste cenário, o que se encontra nas periferias urbanas são adequações construtivas à realidade financeira e de conhecimento técnico, onde soluções aplicadas são adaptadas às condições locais. construções que são edificadas com caráter emergencial e pouco ou nem um auxílio técnico, que encontram na autoconstrução a única possibilidade de moradia.

De acordo com dados levantados pelo IBGE (2010), em São Luís grande parte das moradias construídas na cidade são localizadas em áreas irregulares⁵. Tal situação deveu-se à disponibilidade de áreas ociosas próximas aos bairros já adensados e estruturados, assim como a instalação de serviços e oportunidades de emprego, como aconteceram nos bairros operários originados à partir das fábricas instaladas em São Luís, a partir do final do século XVIII (BURNETT, 2014). Segundo o autor, tais habitações não eram destinadas ao mercado imobiliário, e sim para o próprio abrigo e moradia de seus construtores, tendo como característica a simplicidade construtiva e os lotes estreitos.

⁵ A população que reside em aglomerados subnormais na cidade de São Luís é de 232.912.000, divididos em 39 aglomerados subnormais (IBGE, 2010)

Figura 2: Habitações autoconstruídas no Alto do Bode, no bairro da Liberdade, em São Luís



Fonte: Imirante, 2018

O crescimento urbano em direção aos terrenos localizados ao distantes do centro ocorreu através da Avenida Getúlio Vargas (extensão do Caminho Grande), o que causou o conseqüente crescimento ao redor das áreas recém ocupadas da avenida. No final do século XIX houve ainda o início do cenário fabril-têxtil no estado, onde 8 unidades fabris iniciaram as atividades na cidade de São Luís, contribuindo para a ocupação e desenvolvimento de novas áreas da cidade, e “para a desconcentração demográfica e a expansão das fronteiras da cidade”. (RIBEIRO JÚNIOR, 1999, p.72). Duas destas, ao iniciarem suas atividades às margens do Rio Anil (Camboa e Anil), contribuíram para a consolidação dos bairros proletários que surgiram na área. Os bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus, estudo de caso desta pesquisa, surgem desse processo.

A implementação dessas novas iniciativas econômicas na capital deve-se também ao fim do período escravagista e ao declínio do modelo agrícola-exportador maranhense, impulsionando a mudança da burguesia rural para o ambiente urbano

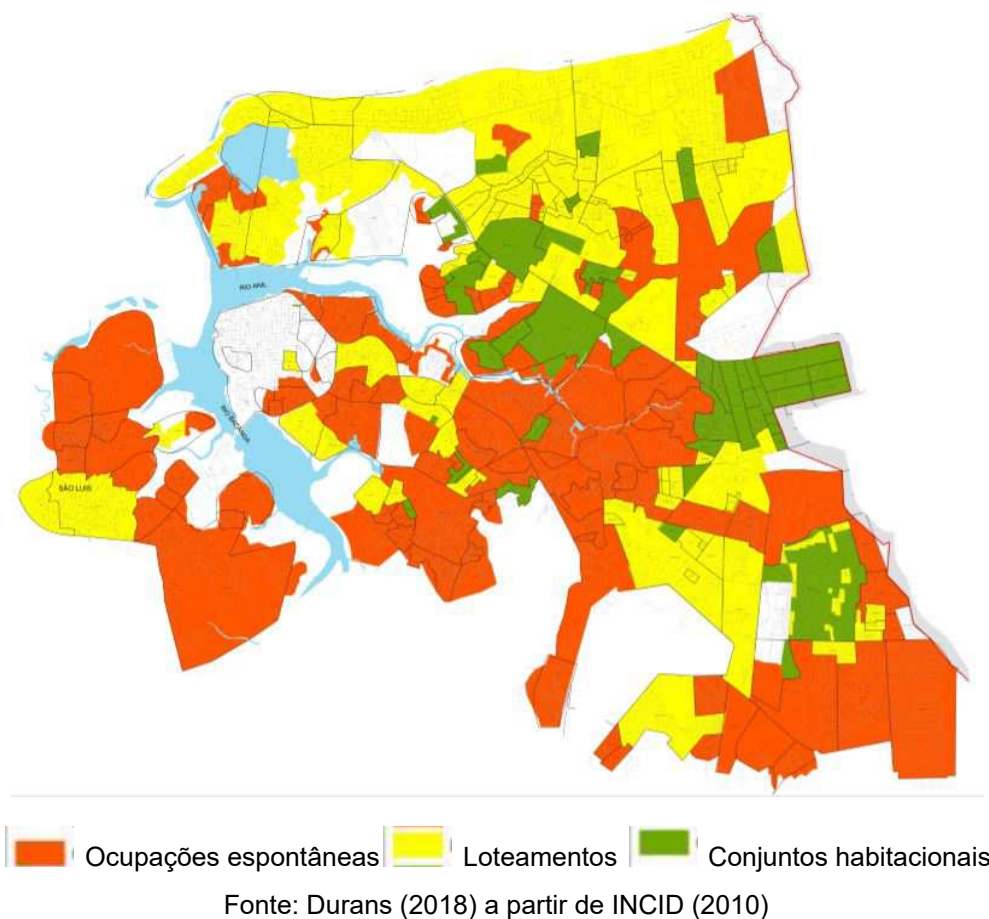
e direcionando seus investimentos para as instalações fabris têxteis (OLIVEIRA, 2016b). Com isso, a instalação das fábricas impulsionaram a ocupação e expansão da cidade para áreas até então consideradas rurais, como aconteceu com o bairro do Anil (FERREIRA, 2014). De acordo com o autor,

(...) os industriais emergiam como principais detentores de capital, os quais em se tratando de produção do espaço influenciaram substancialmente, considerando a área e a infraestrutura requerida para viabilizar o empreendimento e ainda mediante a instalação de núcleos residenciais operários adjacentes às seis fábricas(...), com as Companhias de Fiação e Tecidos Maranhenses (localizada na Camboa, 1890), Fabril Maranhense (que contribuiu para o surgimento de áreas residenciais como Vila Passos e Areal, 1891), de Fiação e Tecidos Cânhamo (CEPRAMA) e a de Fiação e tecelagem São Luís - 1894 (que originaram as áreas residenciais denominadas São Pantaleão, Madre Deus, Goiabal e Lira, Santa Amélia (1895), além da Fiação e Tecidos do Rio Anil - 1893 (FERREIRA, 2014, p.41)

O eixo Centro-Anil foi consolidado a partir da Avenida Getúlio Vargas, com o surgimento de diversas ocupações informais próximas às áreas que recebiam diversos recursos direcionados à urbanização, porém com o grande número de migrantes advindos de cidades do interior do estado entre as décadas de 30 e 70, tal crescimento consolidou os bairros rapidamente, direcionando o crescimento urbano às áreas alagáveis da cidade (RIBEIRO JUNIOR, 1999). Com a implantação de grandes empreendimentos nas cidades da baixada maranhense, destituindo populações rurais e quilombolas de seus territórios, expulsando-os para as áreas insalubres da ilha de São Luís, a cidade passa por um rápido adensamento de seus vazios que resultam no processo de ocupação desordenado e a consolidação dos aglomerados subnormais ludovicenses.

Hoje, com 64% dos aglomerados subnormais de todo o estado (IBGE, 2010), a cidade de São Luís está na 5ª posição dos maiores aglomerados brasileiros, e isto deve-se ao processo desamparado de crescimento urbano, impactando significativamente nas camadas mais baixas da população. Ainda de acordo com o Ibge (2010), os aglomerados presentes na cidade estão localizados principalmente em áreas alagadiças ou margens de rio.

Mapa 1: Mapa de origem da ocupação de São Luís



Desde a ocupação das áreas próximas às fábricas, os manguezais tornaram-se possibilidade de destino para a construção de moradias para os grupos negros e pobres na cidade, principalmente após a consolidação dos bairros e falta de áreas livres para a construção. Bairros como Camboa, Liberdade, Bairro de Fátima e Madre Deus são exemplos de como se deu a consolidação a partir de habitações emergenciais, improvisadas por aqueles que não possuíam outro meio para a construção de suas moradias. De acordo com Ferreira (2014), as más condições de habitação e infraestrutura dessas áreas motivou a mobilização e articulação de seus moradores para reivindicar junto ao governo por melhorias nos bairros, com a criação de diversas uniões de moradores e articulação de diversos movimentos sociais.

Assim como o crescimento em direção ao Anil e aos subúrbios da cidade, entre 1950 e 1970 houve a criação de novos eixos de expansão urbana, desta vez vencendo as limitações físicas do rio Anil e Bacanga. Datam desse período a

construção das pontes do Caratatiua (Newton Belo - localizada na Alemanha), José Sarney (ligando o centro ao bairro do São Francisco) e da Avenida dos Portugueses (construída na Barragem do Bacanga). De acordo com Ribeiro Júnior (1999), os investimentos possibilitaram o crescimento em direção às praias e às novas áreas nobres da cidade, ocasionando a saída em massa dos moradores de classe média e alta que habitavam o centro e a avenida Getúlio Vargas, além de direcionar às regiões de fraca densidade demográfica, que tornou-se destino para uma nova zona periférica da cidade (Anjo da Guarda, Fumacê, Sá Viana, etc). O bairro do Anjo da Guarda tinha originalmente a finalidade de constituir-se como um residencial padronizado, porém serviu como destino às mais de 2.000 famílias remanejadas das áreas de palafitas do Goiabal (FERREIRA, 2014), além dos bairros da Madre Deus, Bairro de Fátima, Lima e Barés (RIBEIRO JÚNIOR, 1999), palafitas estas que não condiziam com o padrão construtivo do Centro Histórico e toda sua imponência arquitetônica e econômica para a cidade. Mais uma vez, o Estado determina o destino dos grupos mais pobres e majoritariamente negros, ignorando o crescimento desenfreado e desamparado das áreas de gênese ilegal e excluindo-os das áreas de interesse urbanas.

Datam deste período as primeiras iniciativas de provisão habitacional para trabalhadores assalariados, implementados através do IAPs e por intermédio do estado nos novos eixos de expansão urbana (FERREIRA, 2014). Entretanto, tais iniciativas ilustram os interesses criados à partir da problemática da habitação na cidade, onde o financiamento das moradias é possível para classes médias, possibilitando a construção de bairros estruturados nas novas áreas de interesse local, com habitações de padrão construtivo satisfatório, enquanto que aos bairros já consolidados localizados próximos à área central da cidade cabia somente a precariedade urbanística (OLIVEIRA, 2016b), onde estavam as

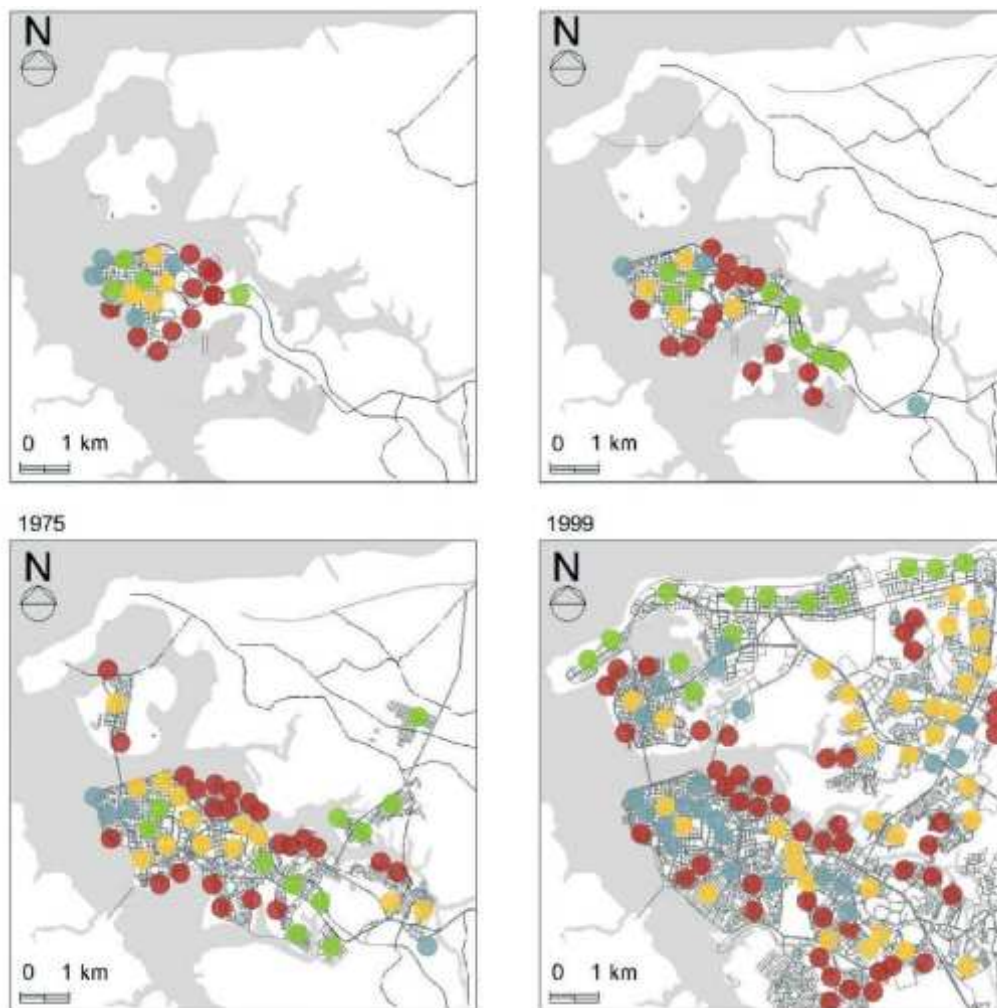
habitações mais pobres - casas de pau-a-pique, cobertas com palha de babaçu (...), aparecem com frequência, a atestar o baixo nível de vida de seus moradores, em sua maioria, gente de côr negra (AZEVEDO apud FERREIRA, 2014, p.48)

Dessa forma, concomitante aos investimentos aplicados na habitação popular pelo BNH e, posteriormente o Minha Casa Minha Vida e o PAC, a cidade segue em

crescimento e metade da sua população ocupa áreas irregulares (BURNETT, 2012). O autor pontua que tais iniciativas não foram suficientes para abarcar o déficit habitacional, principalmente para as classes mais baixas, ainda que o Minha Casa, Minha Vida e o PAC tenham números mais expressivos e promovam a regularização fundiárias dos assentamentos irregulares consolidados na cidade.

Leite (2018) produziu os mapas urbanos da evolução da cidade de São Luís baseando-se nos padrões de ocupação do território, de acordo com a localização das habitações na estratificação social ao longo de quatro períodos: no primeiro a cidade está limitada somente à área central consolidada, onde as diferentes classes sociais e usos utilizavam do mesmo território. As habitações destinadas à classes mais baixas (incluindo escravos recém libertos) estavam presentes no centro, em habitações de porta e janela de arrendamento popular, e no seu entorno (Madre Deus, Camboa, Baixinha, etc). No segundo mapa (1955), a cidade cresce em direção à avenida Getúlio Vargas, onde a ocupação é predominantemente das classes mais altas, que poderiam construir suas casas com seguindo as novas normas de construção vigentes já as classes populares consolidam os territórios de gênese ilegal próximos ao mangue. No terceiro mapa (1975), a construção de duas pontes sobre o Rio Anil proporciona um novo eixo de expansão urbana para as classes mais altas, porém as áreas do São Francisco já apresentam ocupações espontâneas de classes mais baixas. Já no último mapa (1999), a faixa litorânea é ocupada pela classe dominante e a avenida Getúlio Vargas perde sua imponência no território, tendo sua proximidade com áreas de gênese ilegal contribuído no processo.

Figura 3:Localização das habitações em quatro períodos: início do século XX;1955,1975 e 1999.



O símbolo verde representa a classe alta; a amarela, a classe média; a vermelha, a classe mais baixa e os territórios de gênese ilegal; a azul, a localização das áreas de comércio e serviços.

Fonte: Leite, 2018

Rolnik e Bonduki (1982) elencam a periferia a partir da identificação da moradia popular presente em áreas de população de baixa renda, diferente de autores que tratam a periferia somente a partir da distância até o centro urbano consolidado. Segundo os autores, são áreas específicas da cidade que possuem baixa renda diferencial, que contempla a localização e os investimentos aplicados no lugar, já que existem zonas de baixa renda diferencial próximas aos centros e de alta renda diferencial mais distantes, como os loteamentos alto padrão instalados nos subúrbios das cidades.

Figura 4: Proporção de pessoas residentes em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2016

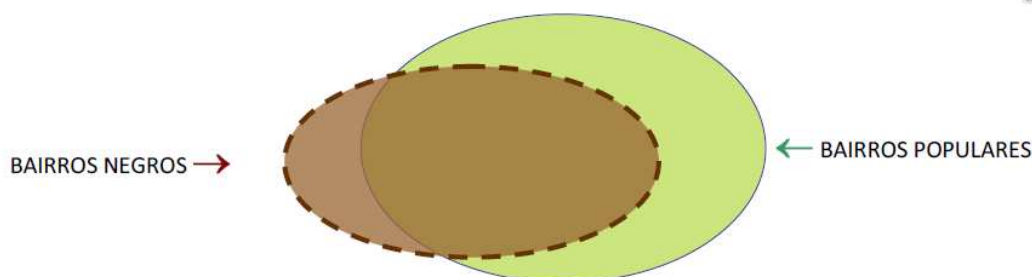
Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia (%)				
	Inadequações				
	Ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio	Paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis (1)	Adensamento excessivo (2)	Ônus excessivo com aluguel (3)	Presença de ao menos uma inadequação
Total	1,7	1,2	5,7	4,6	12,0
Cor ou raça e sexo					
Homem branco	0,7	0,7	3,4	4,1	8,4
Homem preto ou pardo	2,7	1,8	7,7	4,2	14,8
Mulher branca	0,5	0,6	3,3	4,9	8,7
Mulher preta ou parda	2,3	1,5	7,5	5,1	14,9

Fonte: IBGE, 2010

Porém é perceptível a presença de bairros negros periféricos, e não somente periferias, por inúmeras características próprias de tais bairros, que vão além dos aspectos sociais e de renda. Segundo Ramos (2007), considerando o histórico dos negros após a escravidão é possível compreender a sobreposição entre bairros negros e de periferia. Somado à esta afirmação, França (2014) coloca que a concentração de indivíduos negros nas áreas de periferia é bem maior que a de brancos.

Cabe reiterar a analogia feita com a senzala urbana e o quilombo urbano (SILVA, 2018), onde há a senzala urbana caracteriza o lugar com a presença majoritária da população negra em uma área carente e socialmente excluída, porém no quilombo é onde sua cultura e sua identidade resistem e manifestam-se no lugar, indo além da imposição de precariedade urbanística. Dessa forma, as senzalas seriam as periferias negras das cidades, porém o quilombo urbano incorporaria toda as questões identitárias de seus moradores, tornando-se espaço de resistência.

Figura 5: Sobreposição Bairros Negros e Bairros Populares



Fonte: Ramos, 2013

Tais espaços foram construídos para abarcar a necessidade de habitação da população majoritariamente negra nas áreas urbanas, mesmo com a localização/infraestrutura carente do local e a construção somente com uso do limitado orçamento, porém amparado pelas redes de solidariedade e de articulações internas, além da autoconstrução como principal forma de produção habitacional. (SILVA, 2018)

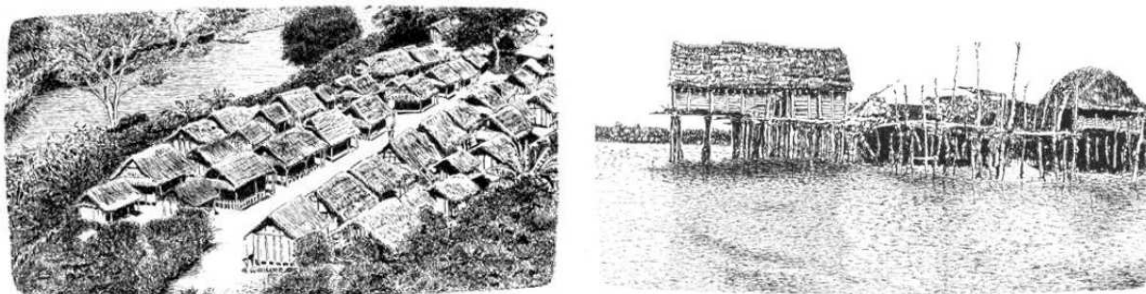
Semelhanças são encontradas em comunidades de inúmeros países africanos, mesmo em situações de insalubridade e precariedade social, principalmente em lugares em que o tráfico negreiro para o Brasil foi predominante, influenciando em ambos os países até a atualidade.

De início, os escravos vieram preponderantemente de Angola, a maior colônia africana de Portugal. (...) Uma parte menos expressiva veio da “contracosta”, como era chamado Moçambique, com uma população também de cultura banta.(...) o tráfico negreiro foi progressivamente se deslocando para o Golfo da Guiné, de onde veio a maioria dos imigrantes da primeira metade do século XIX (...), possivelmente desde o Senegal até a Guiné Equatorial e Gabão, passando por Gâmbia, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria (WEIMER, 2012, p. 9 e 10).

Weimer (2012), ao estudar a arquitetura popular brasileira, identificou características similares à lógica dos assentamentos de diversas comunidades africanas. As palafitas encontradas em diversas áreas alagadiças e que cabem aos grupos mais pobres da população brasileira, também estão presentes em diversos locais da periferia do Golfo da Guiné e no Benim, que há séculos vivem em aldeias construídas sobre palafitas, visto que há inúmeras lagoas em seus territórios (WEIMER, 2012).

Há a similaridade de materiais e técnicas construtivas encontradas em diversas habitações de tribos africanas e nas periferias brasileiras do final do século XIX, que mesmo sob influência de contextos políticos e culturais diferentes, utilizaram de madeira, barro e fibra vegetal na construção de suas habitações, além da presença de técnicas como taipa de mão e construções em palafitas (WEIMER, 2012).

Figuras 6 e 7: Moradias encontradas em Madagascar e no Benim



Fonte: WEIMER, 2012

A presença de *kraals* na arquitetura dos bantos (cultura de maior influência na Angola e em Moçambique) também auxilia na reinterpretação dos territórios e periferias negras do Brasil, onde originalmente constituía-se em um terreno cercado onde haviam diversas edificações pertencentes à uma família, que para a cultura banto, era poligâmica. (WEIMER, 2012). No mesmo *kraal* estariam presentes as mães, os tios, os avós, os primos, os filhos e suas descendências, todos pertencentes à uma mesma estrutura familiar. O *kraal* africano seria um território, que para Sommer (2005), onde os laços de parentesco norteiam a morfologia do assentamento, reforçando os laços de solidariedade. A autora analisou as características dos *kraals* na configuração da comunidade que busca reconhecimento como quilombo urbano em Porto Alegre, a Família Silva, às reconheceu nas definições espaciais da comunidade, onde o parentesco norteia a configuração do assentamento.

Já os quilombos africanos, diferente do significado atribuído no Brasil, eram assentamentos compostos de diversos *kraals*, formando um bairro ou uma vila e tendo como característica o traçado mais livre, baseado no uso das ruas (SOMMER, 2005). Tal característica é encontrada nos aglomerados subnormais urbanos, onde o traçado das ruas não é predeterminado e segue a lógica de uso do lugar.

Segundo a autora, após as tarefas diárias, os espaços abertos entre as habitações são ocupados por pessoas que fazem suas atividades diárias, sentam, conversam, dançam, bebem e jogam até tarde da noite, sendo o espaço comum de controle da comunidade. De forma semelhante acontece nas periferias negras, onde os espaços comuns são utilizados como área de lazer e diversas vezes como a própria extensão da casa, como as calçadas, ruas e becos sem saída.

Com o ideal de modernização dos espaços urbanos vigentes a partir do início do século XIX no Brasil, há a defesa pela adequação das cidades ao novo modelo vigente nas cidades capitalistas ocidentais, impactando na relação entre os espaços públicos e privados e defendendo uma “arquitetura do isolamento” (RAMOS, 2007, p. 103) , onde o lugar que antes era palco das vivências cotidianas torna-se lugar de perigo, mistura de diferentes classes e sexos (RAMOS, 2003). Dessa forma, os territórios negros populares tiveram seus modos de habitar e usufruir do espaço coletivo condenados, sujeitos ao padrão burguês que delinea os espaços de acordo com seus usos e significados, excluindo mais uma vez das áreas de interesse da cidade aqueles que não se adequam às novas práticas (RAMOS, 2007).

De acordo com a autora, incluir as particularidades de cada grupo social no planejamento urbano não é um anseio recente, ainda que não esteja presente nas decisões urbanísticas oficiais, houveram iniciativas dispostas a absorver/incluir os moradores por meio de processos participativos projetuais ou com uma “interpretação culturalista dos planejadores e técnicos (RAMOS, 2007, p.105).⁶

Com o desconhecimento dos traços culturais encontrados nos territórios negros do Brasil e em diversos assentamentos africanos, tais lógicas de construção do espaço são desconsideradas e passam por “saneamentos” nas periferias brasileiras, que perpetuam o problema e não o solucionam. Com a falta de tato das iniciativas de urbanização, as áreas têm sido deixadas à mercê da organização local, que a seu modo promove a organização do território (WEIMER,2012), curiosamente reproduzindo características de inúmeras cidades africanas.

⁶ “Esta tendência começa a se delinear nos últimos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM’s) como crítica aos conjuntos habitacionais europeus construídos no pós-guerra. Num outro contexto, partindo do processo da autoconstrução das favelas, as discussões surgem no Rio de Janeiro na década de 50, no sentido de remoção e/ou recuperação das favelas”. (RAMOS, 2007, p.107)

Após as conceituações necessárias é possível iniciar o estudo de caso desta pesquisa, o processo de formação dos bairros da Fé em Deus, Camboa e Liberdade, bairros estes que buscam reconhecimento federal como quilombo urbano e são territórios de maioria afrodescendente, onde a análise irá considerar também as narrativas e percepções acerca do bairro para compreender como se dá a territorialidade urbana.



Fonte: <<http://tiny.cc/0ydy9y>> Acesso em: 15 jul. 2019

N A@HQQN C D C DMSQN 9
SDQQHSü QHN KHADQC @C D
P T HKN L AN K@

5. O BAIRRO DE DENTRO: TERRITÓRIO LIBERDADE QUILOMBOLA

Esta pesquisa tem como objetivo estudar as origens de bairros em São Luís onde a população afrodescendente é majoritária, quantitativamente e culturalmente, sendo erroneamente associados à áreas de violência e marginalidade no contexto urbano. Tais escolhas justificam-se baseadas na importância de reconhecer e compreender tais bairros como territórios negros urbanos, com raízes étnicas fortes e identidade reconhecida, além de qualquer imposição de carência urbanística lhes dado com o decorrer dos anos e consequente crescimento urbano.

Os aglomerados urbanos, como visto anteriormente, tem sua própria concepção ligada à resolução de problemas relacionados à moradia após a abolição da escravatura (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1986), o que coloca seus primeiros habitantes do bairro não simplesmente como “fundadores”, mas como possíveis ex-escravos ou nas linhas de descendência destes.

Especificamente em São Luís, houve ainda influência da Revolta da Balaiada (1838-1849), que aconteceu nas cidades do interior do estado e ainda antes da abolição da escravatura provocou um êxodo rural em direção à capital do estado, para as áreas mais carentes da cidade, além de cortiços e baixos-de-sobrados⁷, que foram destino comum para os trabalhadores pertencentes às classes mais baixas (SILVA, 2016). De acordo com a autora, o início do cenário fabril-têxtil na cidade (com a instalação da primeira fábrica de tecidos, localizada no bairro da Camboa) acontece ainda no mesmo ano da promulgação da abolição da escravatura, em 1888, ano em que o pelourinho do Largo do Carmo de São Luís é retirado, marcando simbolicamente o final do período no Brasil e o início de uma nova trajetória para os recém-libertos.

Apesar do contexto, a presença de quilombos urbanos no território de São Luís faz parte de um debate recente que surge a partir dos movimentos sociais dos bairros de maior concentração negra da cidade, que através da autodeclaração

⁷Os baixos-de-sobrado eram moradias muito encontradas em São Luís e tratavam-se das áreas onde viviam os escravos antes da abolição, no térreo dos sobrados do século XVIII-XIX, que eram alugados para a moradia de diversas famílias a preços mais acessíveis (SILVA, 2016)

buscam reconhecimento federal como quilombos urbanos. Souza, geógrafo e Secretário Estadual de Igualdade Racial do Maranhão na atual gestão (SOUZA, 2017), expõe que a formação de quilombos urbanos no Maranhão difere da conceituação clássica de quilombos, onde os negros livres, fugidos ou escravos de ganho tiveram suas áreas envoltas pela zona urbana por conta do crescimento das cidades, ou instalaram-se em áreas próximas ao trabalho. O fato deve-se principalmente às políticas de desterritorialização de Comunidades Rurais Quilombolas (CRQ) promovidas durante o governo de José Sarney (Lei nº279/1969) para a implantação de grandes empreendimentos em prol do desenvolvimento capitalista no estado, desrespeitando a presença de quilombos e terras indígenas em prol de um “Maranhão Novo” (SOUZA, 2017).

Como consequência da desterritorialização, houve a migração de inúmeros remanescentes de quilombo para a capital, resultando no adensamento e inchaço populacional e consequente surgimento de inúmeros bairros negros na cidade, com maior evidência durante os anos de 1960 e 1991. População esta que, destituída de seus territórios, ocupou as áreas disponíveis e com certa proximidade de possibilidades de trabalho, infraestrutura e espaços públicos, sendo estas principalmente áreas “restantes”, periféricas e insalubres, como manguezais e terrenos alagadiços.

Deste modo, o autor relaciona a origem dos bairros à consolidação das ocupações, que tornaram-se espaços de carência urbana em consequência da política desenvolvimentista imposta pelo estado, apesar da intensa resistência e luta de seus habitantes por visibilidade e melhores condições de vida. Bairros como Coroadinho, Bairro de Fátima, Anjo da Guarda, Vila Palmeira/Santa Cruz e os bairros do estudo de caso, Fé em Deus, Liberdade e Camboa têm características em comum que remetem à história de seus primeiros habitantes no município de São Luís:

Esses bairros guardam características que os relacionam culturalmente às CRQs de origem; mesmo décadas depois é possível identificar colônias completas de pessoas oriundas de territórios quilombolas da Baixada, Litoral Ocidental e outras regiões de forte presença negra. (SOUZA, 2017, online)

O aglomerado de bairros formados pela Fé em Deus, Camboa, Liberdade e Diamante, autointitulado Território Liberdade Quilombola, busca titulação à nível federal como quilombo urbano, que segundo o Decreto nº 4.887/2003 assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, tem como principal característica a resistência cultural negra em determinado território e autodefinição da própria comunidade (SERRA apud RAMOS,2007). Na concepção da autora, a interpretação é ampliada ao considerar não só os espaços rurais que consolidaram-se como espaços de resistência à escravidão:

Art. 2º: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (DECRETO Nº 4.887/2003)

O Território Liberdade Quilombola foi autointitulado pela comunidade e reconhecido como primeiro quilombo urbano do Maranhão na Câmara Municipal de São Luís, em 24/11/2018, por iniciativa de diversas lideranças de movimentos sociais locais, produtores culturais e moradores da comunidade. De acordo com Assunção (2017), autora da dissertação de mestrado em Cartografia Social que buscou estudar a área e suas identidades culturais e religiosas negras, o território possui 53 remanescentes quilombolas, 300 pontos de comunidades tradicionais e mais de 100 manifestações culturais de origem negra.

Figura 8: Apresentação cultural do bloco afro-brasileiro Netos de Nanã nas ruas do bairro da Liberdade nas comemorações dos 101 anos.



Fonte: registro feito pela autora

De acordo com os moradores dos bairros, há forte relação com as cidades de origem, estabelecendo relações de co-extensão das cidades para o meio urbano, trazendo consigo as heranças culturais e religiosas. De acordo com Assunção (2017), esses elementos estabelecem uma nova territorialização nas cidades, por bairros, por povoados, por famílias, por ruas, o que é ignorado pelos planejadores urbanos, que por vezes compreendem as cidades como um elemento estático, padronizado.

Após a compreensão do contexto apresentado nesta pesquisa, entender o processo de inserção da população afrodescendente neste território urbano faz-se necessário para o entendimento das influências das territorialidades étnicas no espaço urbano no contexto de São Luís, considerando elementos históricos e culturais deste grupo a partir de dados institucionais e relatos dos moradores do local, além de somar para a luta pela institucionalização do território.

O capítulo discorre sobre os bairros da Liberdade, Cambaia e Fé em Deus

como território negro urbano e periférico, sujeito às consequências da segregação racial e espacial no contexto urbano, porém detentor de história e cultura como aglomerado urbano de população majoritariamente negra, tanto numérica como culturalmente. A opção de tratar os três bairros deve-se a história comum de suas origens e similaridades espaciais.

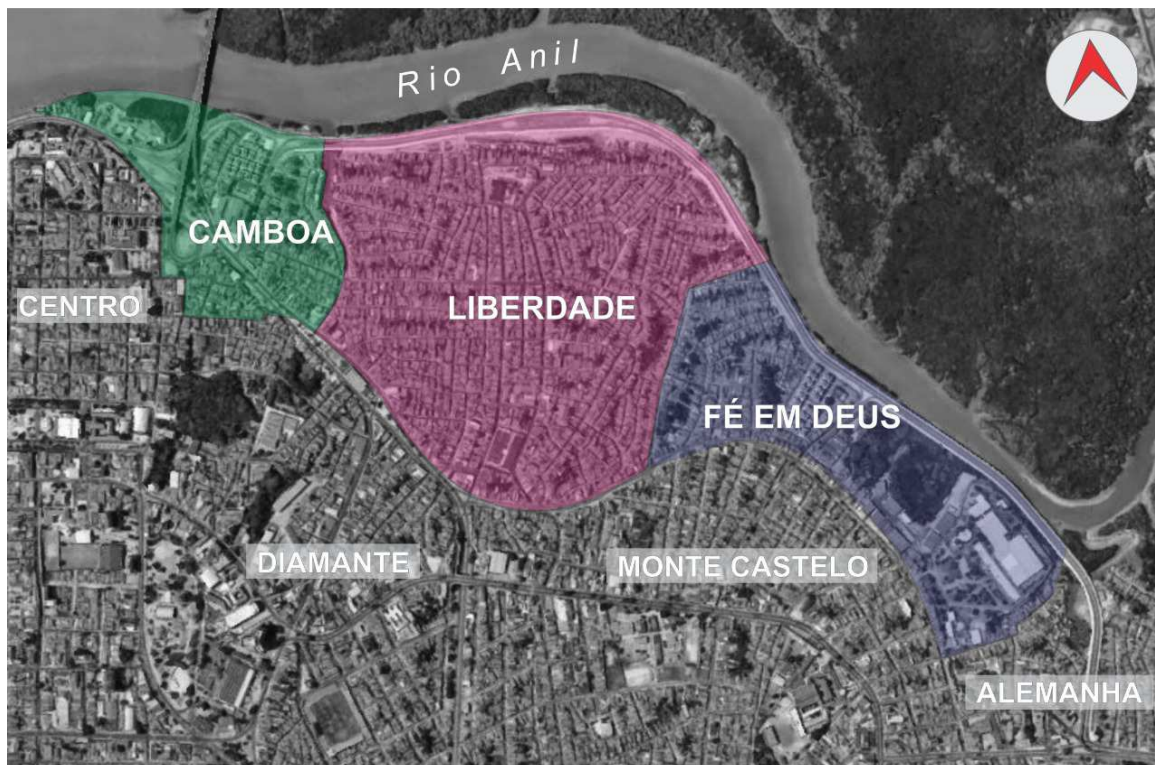
5.1. Formação e evolução dos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus

As origens dos bairros da Camboa, Fé em Deus e Liberdade datam do final do século XIX e início do século XX, coincidindo com a transição e adaptação gradual ao regime de trabalho livre, a expansão urbana e instalação da indústria têxtil na cidade. Os bairros hoje formam um aglomerado classificado pelo IBGE como subnormal⁸, adensando-se de forma a emaranhar-se territorialmente. Ocupam a margem esquerda do Rio Anil, limitando-se do lado esquerdo com as avenidas Camboa e Governador Luís Rocha, e do direito com a Avenida Quarto Centenário, fruto da viabilização de projetos de iniciativa federal (O PAC Rio Anil⁹).

⁸ Segundo o IBGE, é um conjunto formado por 51 ou mais habitações que não possuem o título de propriedade da área, além de pelo menos uma das características: carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de água e esgoto, iluminação pública e energia elétrica), vias de circulação e lotes de tamanhos/formas irregulares.

⁹ O projeto buscou erradicar o aglomerado de palafitas construídas na margem esquerda do Rio Anil, transferindo seus moradores para apartamentos construídos nos bairros, além de construir uma via paralela ao mangue (para evitar a construção de novas palafitas na área) e equipamentos públicos na área.

Mapa 2: Localização da área de estudo.



Fonte: elaborado pela autora a partir do Google Maps , 2019

Até o fim do século XVIII, a área urbana da cidade contempla somente os bairros da Praia Grande e Desterro até o Largo do Carmo, construídos a partir do forte da cidade localizado na foz dos rios Anil e Bacanga. Os primeiros registros cartográficos da cidade de São Luís que mostram a localidade levam a crer que inicialmente ocorre a formação da Camboa, que tem registro de suas edificações a partir de 1844 nos mapas urbanos da cidade (SILVA, 2016), quando a ocupação das áreas vazias e alagáveis é iniciada. A Figura 6 mostra o núcleo consolidado na cidade, assim como a variação de marés, ilustrando a área da Camboa como área alagadiça.

Figura 9: “Planta da cidade do Maranhão levantada”, com destaque feito por Joana Silva na área da Camboa



. Fonte:Ferreira apud Silva, 2016

De acordo com as pesquisas elaboradas pela autora, em 1886 a imprensa local teria divulgado os limites da cidade em conformidade com o decreto 7.536/1879, onde o território da Camboa estava fora do perímetro oficial da cidade, desconsiderado de qualquer dignidade e direito à cidade. Porém os jornais da época ilustram a Camboa como local habitado, “reivindicando e definindo a sua existência enquanto lugar” (SILVA, 2016) para a população ludovicense, exigindo noções de civilidade.

O local deixa de remeter à ideia de vazio somente após a instalação de fábricas têxteis no local, considerado ponto estratégico devido à proximidade ao mar. A Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense iniciou suas atividades em

1887, inaugurando o cenário fabril-têxtil¹⁰ na cidade e redirecionando a mão-de-obra recém liberta para as indústrias de fiação e tecido, assim como influenciando na expansão urbana, com o surgimento dos primeiros bairros suburbanos e operários (LEITE, 2018). A Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A. inaugurou a instalação de fábricas em São Luís, sendo seguida pela Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (atual CEPRAMA), Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton, Companhia Progresso Maranhense (que está em processo de restauração para abrigar o curso de Arqueologia da UFMA), Companhia Fabril Maranhense (atual Canto da Fabril), Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (atual CINTRA), Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís e a Companhia Lanifícios Maranhenses (atual cursos de Hotelaria e Turismo da UFMA). A Figura 7 a seguir evidencia a instalação da Fábrica no Bairro da Camboa no final do século XIX, conhecido na época como Câmboa do Matto.

Figura 10: Fábrica de Fiação e Tecidos Maranhense.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1923.

A formação do bairro da Camboa, assim como a Liberdade e Fé em Deus,

¹⁰ De acordo com IPHAN, a cidade de São Luís já possuía fábricas em atividade a partir de 1840, contando com fábricas de pilar arroz, produção de sabão e velas, prensas de algodão, cal, olarias e tipografias. (IPHAN, Cidades históricas: inventário e pesquisa - São Luís. Vol 85.)

teve influência direta da inauguração da Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa no bairro em 1890, o que alterou a dinâmica do local com os novos fluxos estabelecidos através do Rio Anil, que desembarcava matéria-prima e trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. A justificativa para a escolha do local seria por conta de sua proximidade com o mar, além de facilidade de acesso para os operários e construção de suas habitações (SILVA, 2016). Porém, alguns autores alegam que a construção das fábricas não influenciou no surgimento dos bairros, mas sim no seu adensamento e desenvolvimento, haja vista que já haviam sítios, aldeias e chácaras no local (MATOS, 2014).

Para amparar o operariado recém empregado na fábrica, houve o compromisso de promover a construção de casas para grupos seletos de trabalhadores que cumpriam funções mais específicas, como os mestres e contramestres (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Ao restante, composto em sua maioria por mulheres, couberam às moradias improvisadas e insalubres nos arredores fabris, autoconstruídas com cobertura de palha e o que mais estivesse à disposição no local.

Quanto à iniciativa de construção de casas para aluguel direcionadas aos operários das fábricas, tais construções eram cobertas de palha, indo de encontro com inúmeros códigos de postura¹¹ municipais e impondo, mais uma vez, a precariedade na moradias ali construídas (SILVA, 2016). O médico Cássio Miranda elaborou o Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão em 1925 com o intuito de efetuar um cadastro das condições de moradia e salubridade de São Luís (SILVA, 2016), identificando os cortiços e casas cobertas de palha existentes até então. Isto posto, cabe reiterar o pensamento de Rolnik (1989), que considera tais regulamentações parciais para determinadas camadas sociais, exercendo um papel segregatório e demarcando as áreas privilegiadas e seus padrões construtivos. Dessa forma, incidentes como incêndios e doenças relacionadas à insalubridade das moradias eram recorrentes, evidenciando a falta de infraestrutura do local e a necessidade de melhorias das primeiras habitações

¹¹ Códigos de Postura de São Luís de 1844, 1866 e 1893)

proletárias construídas no bairro (LEITE,2018).

Figura 11:Habitações construídas próximas ao Rio Anil.

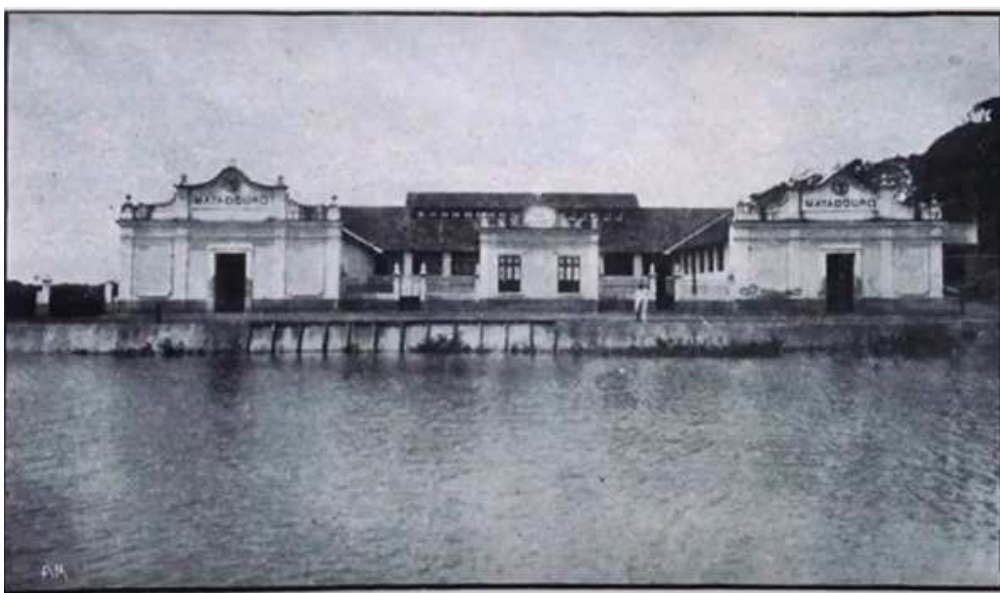


Fonte: MARANHÃO apud CAROLINA LEITE, 2018

A origem do bairro da Liberdade é atribuída à instalação do Matadouro Modelo em 1918, que assim como deu nome ao bairro que foi constituídos inicialmente por um pequeno povoado, foi também o primeiro equipamento urbano instalado no antigo Sítio de Itamacacá, de propriedade de Ana Jansen¹². Porém há de se considerar os sítios, vilas e casas que já existiam no local, que foi adensado por consequência dos novos pólos geradores de trabalho: o Matadouro, o conjunto de fábricas da Camboa, da Fabril e os portos (ASSUNÇÃO, 2017)

¹² Ana Joaquina Jansen Pereira, ou mesmo Ana Jansen, Donana ou Nhá Jansen foi uma personalidade maranhense econômica e politicamente influente em São Luís no século XIX, senhora de escravos e detentora de diversas propriedades no estado.

Figura 12: Matadouro Modelo.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1923

Com o objetivo de adequar a cidade ao modelo higienista, houve a necessidade de construir um local adequado aos “serviços de matança” da cidade (Lima apud Silva, 2016). Assim, construído às margens do Rio Anil e próximo à Fábrica da Camboa, a instalação no local foi justificada por conta de sua proximidade com o porto e com a futura estrada de ferro¹³, o que garantia além da facilidade de escoamento da produção, a chegada de bovinos e suínos para o abate. De acordo com Oliveira (2016) a estrada de ferro que viria a ser construída desempenharia um papel importante na consolidação dos bairros e na evolução urbana da cidade:

A estrada de ferro passava onde hoje é a Avenida Camboa, principal avenida que perpassa os bairros da Camboa e Liberdade, o que também colaborou para o povoamento desses bairros. (OLIVEIRA, 2016, p.65)

A ocupação do bairro ocorreu primeiramente nas áreas próximas ao Matadouro, que além de estar próximo à área central da cidade, surge como mais uma oportunidade de emprego aos trabalhadores locais. Segundo Silva (2016), os

¹³ A Estrada de Ferro São Luís - Teresina (EFSLT) foi instalada na cidade em 1921, o que propiciou a ocupação e consolidação de bairros localizados nas periferias da época e colocando-se como alternativa ao escoamento de produção do Estado (RIBEIRO JUNIOR, 1999)

primeiros moradores podem ter sido os mesmos que construíram o edifício, que se mantiveram nas redondezas após a finalização da construção, o que aconteceu de forma semelhante em vários exemplos de execução de grandes obras, como a cidade de Brasília, que teve a origem de muitos assentamentos informais a partir de operários da construção da cidade (SILVA, 2016). Porém, mesmo com a informação do ano de inauguração inscrito na fachada do matadouro (1918), moradores como Maycon Lopes¹⁴, produtor cultural e morador do bairro da Liberdade, defendem que a data atribuída à construção é incorreta, referindo-se à primeira grande reforma da edificação, e não a data de sua instalação na área (1905). Dessa forma, de acordo com o relato do morador, o bairro da Liberdade faria 114 anos de existência no ano de 2019, e não 101 anos como vem sendo relatado

As primeiras habitações construídas no local tinham características semelhantes às habitações do bairro da Camboa, com a presença de coberturas em palha e construídas em taipa nas áreas mais altas do bairro, ou palafitas nas áreas alagadiças, característica essa que também se imprimiu nas habitações autoconstruídas da Fé em Deus.

A origem do bairro é atrelada a área do antigo Sítio Bom Gosto, onde em 1838 o jornal *Crônica Maranhense* destaca as principais características do local como muito bem conservado, limpo e com localização privilegiada, próximo à antiga fábrica de socar arroz, a Fábrica Roma Nova (1º/05/1838 apud MATOS, 2014). Localizada onde hoje é o bairro do Monte Castelo, a fábrica foi de grande importância para a consolidação do bairro vizinho e ia da atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição à entrada do Matadouro Modelo (MATOS, 2014). A autora mostra em seu trabalho como ocorreu a alternância da nomenclatura do local, de Bom Gosto à Fé em Deus, área que já era reconhecida em 1933 como parte da zona suburbana da cidade de São Luís. A imagem da localidade logo é atrelada à também à imagem de bairro proletário (MATOS, 2014) em consequência do progressivo adensamento populacional fruto da instalação de fábricas têxteis nos bairros vizinhos, e, na década de 1940, com a instalação da Companhia Brasileira

¹⁴ Morador do bairro da Liberdade e liderança do projeto voluntário CISAF, em entrevistas e visitas aos bairros durante pesquisa de campo.

de Óleos (CBO) e a Companhia Carioca de Óleos (CCO) no bairro, próximas à estrada de ferro e ao Rio Anil, ampliando as possibilidades de escoamento da produção.

Apesar de não existirem tantos estudos acerca da origem e sua evolução do bairro com o passar dos anos, há de se considerar a influência do contexto fabril, a implantação de infraestrutura para amparar o empresariado da época e a ocupações espontâneas que surgiram como resultado. Os bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa tem como denominador comum inicial seus períodos de formação, padrões de ocupação e construção das habitações, além de todo o processo de adensamento dos bairros seguir a mesma lógica de aglomerado subnormal.

De acordo com relatório publicado em 1925 sobre as condições de moradia, saneamento e profilaxia no Maranhão (MIRANDA, 1925), foi realizado um levantamento das habitações do proletário maranhense para compreensão do grau de salubridade e higiene à que essa população estava exposta, com o intuito de extinguir a febre amarela no país e adentrar os bairros proletários para conhecer a realidade em que este grupo estava inserido. Houve destaque para três tipos de habitação no referido estudo, os baixos de sobrado, os cortiços e as palhoças, onde coube destaque à última, ressaltando a necessidade de um olhar mais atento das autoridades, já que houve um progressivo aumento de seu uso e “as duas primeiras são objeto de atenção da “Repartição de Hygiene de longa data, merecendo agora atenção as “casas de palha”(MIRANDA, 1925).

Figura 13 : Área do bairro da Liberdade, com moradias construídas em palha e barro.



Fonte: Álbum do Maranhão Colorido, 1923

Foram encontradas cerca de 1160 casas de palha nas regiões da Baixinha (que contemplava a área do Matadouro), Codozinho e Camboa, onde eram descritas as ruas e feitos registros fotográficos das habitações, porém até então não existiu o acréscimo dessas informações à novos mapas da cidade, que não continham informações da malha urbana além da Fábrica da Camboa (SILVA, 2016). Entretanto, houve a descrição das características encontradas nas localidades, os arruamentos e as habitações. Sobre a Camboa:

(...) ajuntamento de cabanas, compreendendo: Rua da Camboa do Matto, Travessa da estrada de Ferro, Travessa da Camboa, Colônia dos Pescadores e Praia da Camboa. Aqui se encontram 114 choupanas com 614 moradores (MIRANDA, 1925, p. 106)

Já a Baixinha, que contemplava as áreas dos atuais Monte Castelo, Liberdade e Fé em Deus, “era uma área baixo, baixinha do atual Elevado do Monte Castelo, onde existia uma vasta quantidade de capim onde o gado do Matadouro

pastava algumas vezes.”(MATOS, 2014) e foi elencada como:

(...)aglomerado de casebres, o maior e o mais populoso, 442 palhoças e 1990 moradores, compreendendo a (...) Travessa 18 de Novembro, Rua São José da Boa Saúde, Travessa da Boa Vista, Travessa de São Jorge, Travessa da Felicidade, Travessa da Independência, Rua Nova da Baixinha, Estrada do Matadouro, Estrada da Vitória, Sítio Fé em Deus, Sítio do Meio, Rua Nossa Senhora dos Remédios, Travessa da Fé em Deus e Rua Nossa Senhora de Lourdes.(MIRANDA, 1925, p. 107)

A maioria dessas nomenclaturas não são mais encontradas hoje em dia, com isso não é possível localizá-las nos bairros, com exceção da Travessa da Camboa, no bairro da Camboa, as travessas da Felicidade, 18 de novembro e da Baixinha, no Monte Castelo, e travessa da Vitória e da Fé em Deus, no bairro da Fé em Deus.

Há também a descrição minuciosa das habitações, desqualificando-as quanto às suas técnicas construtivas, execuções e escolha do local de implantação, além de inferiorizar seus moradores/construtores quando diz que “(...) estes casebres devem acoutar bem primitivos seres e patentear uma organização social bem remota...” (MIRANDA apud SILVA, 2016). O referido relatório mostra a precariedade de bens para uso e aplicação nas construções das moradias, onde os materiais utilizados na construção das casas de taipa vão além do barro e das varas estruturantes, e “(...) têm-se formadas de bizarros detritos reclamados até do lixo, taes como restos de meaçabas, de copos, e de latas velhas.”, realidade esta que se perpetua nas palafitas e demais construções das classes mais vulneráveis encontradas em boa parte das periferias brasileiras. Para a solução do problema do local, o engenheiro Eurico de Macedo sugere ainda um “projeto modelo” para que o operariado da região possa ter sua “casinha salubre”(MIRANDA, 1925). Porém, a questão iria além da superficialidade tratada no relatório, onde a habitação poderia ser a causa e também a solução dos problemas das classes mais pobres, ignorando um problema estrutural: a pobreza, o local e as condições de existência destinadas aos mais pobres nas cidades.

Além dos registros feitos pelas iniciativas públicas/privadas da realidade do lugar, Ferreira Gullar, autor maranhense, traz nas páginas de sua obra Poema Sujo

diversas referências à sua cidade natal durante o exílio na Argentina em 1975. Na obra rememora a imagem de insalubridade e miséria característicos dos bairros que margeiam o Rio Anil, abordando as condições de trabalho e moradia dos operários da Fábrica da Camboa e as influências do Matadouro Modelo na região.

(...) por sobre nós
um urubu talvez
deriva na direção da Camboa
leve sobre o vasto capinzal e para além da estrada-de-ferro
por cima das palhoças na lama
(...)
à margem
da estrada-de-ferro
onde não há água encanada
(...)
E como nenhum rio apodrece
do mesmo jeito que outro rio
assim o Rio Anil
apodrecia a seu modo
(...)
passasse no Matadouro
e misturasse seu cheiro de rio
ao cheiro
de carniça
(...)
Debaixo das palafitas
Onde moram os operários da fábrica
De Fiação e Tecidos da Camboa. (GULLAR, 1976, p.30 - 48)

Com os trechos do poema, Gullar ilustra a condição das moradias e do bairro na época do funcionamento da Fábrica da Camboa, que mesmo escrito por volta dos anos 1970, faz uma alusão às características atribuídas ao bairro suburbano,

que não possuía água encanada e se consolidou em meio à lama dos manguezais e aos descartes oriundos do Matadouro Modelo e de outras áreas da cidade. Além disso, a referida estrada de ferro que atravessava os bairros colocava-se como uma barreira entre territórios e grupos distintos, onde de um lado há o centro consolidado da cidade, e de outro “as palhoças na lama”, em áreas inundáveis e, como visto nas imagens acima, fora dos limites da cidade. Segundo a percepção de Silva (2016), diferente do símbolo de progresso e avanço urbano, a estrada de ferro coloca-se como uma barreira física e isola a área do olhar disciplinador do Estado, além de permitir a ocupação desordenada do lugar.

Com o encerramento do contrato com a prefeitura em 1937, o Matadouro e as áreas adjacentes passam a ser geridos pela administração pública, sendo o período em que a ocupação mostrou-se mais efetiva (SILVA, 2016). Maycon Lopes, ao pontuar os pontos-chaves de formação do bairro sob seu ponto de vista como morador, rememora os relatos sobre esse período e conta que a maioria dos currais do Matadouro, destino dos bois para o abate, foram ocupados pelos moradores do bairro a partir de relações de compadrio e parentesco. Porém, com o encerramento das atividades do Matadouro no contrato com a prefeitura em 1937, o edifício e os terrenos utilizados como currais/pastagem retornam à responsabilidade do município de São Luís, que loteia os arredores e os distribui aos moradores, a partir de 1950.

Para Burnett (2014) e Souza (2017), o declínio do cenário agro-exportador ludovicense a partir de 1930 e o encerramento de atividades das principais indústrias da região por volta de 1960, além das políticas de desterritorialização de terras no interior do estado e conflitos ocorridos no âmbito rural, influenciaram diretamente na ocupação de inúmeras áreas ilegais e periféricas em São Luís, abrangendo os bairros recém ocupados na margem esquerda do Rio Anil, com certa proximidade de áreas que dispunham de infraestrutura e serviços na cidade. Dessa forma, a Camboa, a Liberdade e posteriormente a Fé em Deus, frutos da expansão urbana ao longo da Avenida Getúlio Vargas¹⁵, recebem um grande percentual de

¹⁵Na concepção de Burnett (2014), inúmeros bairros populares da cidade são originados da migração rural do estado, e surgem ao lado das áreas bem servidas, no centro da cidade e no corredor da recém inaugurada Avenida Getúlio Vargas.

migrantes advindos de cidades da baixada maranhense, o que se mostra de forma mais visível no território com o adensamento dos bairros, na concentração imediata de inúmeras habitações insalubres e insuficiência de serviços públicos, já que tais bairros não os ofereciam de forma satisfatória.

Tais situações acontecem até os dias de hoje, influenciadas pela disputa territorial no interior do estado, em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho, além dos conflitos existentes por conta da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O CLA já ocupa mais de 8700 hectares da área rural do município de Alcântara, onde centenas de comunidades remanescentes de quilombos foram desalojadas/relocadas, dando início ao conflito de terra que persiste até os dias de hoje (SOUSA, 2018). Para a autora, “as famílias realocadas sofreram com extrema falta de pertencimento ao novo local habitado, que anteriormente era construído de acordo com suas necessidades e formas de viver” (SOUSA, 2018), o que cabe às agrovilas que foram construídas para realocação de diversas comunidades quilombolas. Ainda assim, houve uma migração forçada para a capital, especificamente para os bairros da Camboa e Liberdade (BRAGA, 2011).

No processo de ocupação de áreas que margeiam rios, nos raros casos em que é possível escolher o local para construção, há a predominância por áreas isentas dos efeitos das alterações de maré, onde as construções possam ser edificadas sem os transtornos ocasionados pela proximidade com água. Porém, como citado anteriormente, boa parte dos terrenos dos bairros estavam sujeitos às ações do Rio Anil e suas tábuas de maré. Com a ocupação e loteamento da maior parte dos terrenos em “terra firme”, houve a necessidade de adequação à realidade do local, que se mostrou numericamente significativa de duas formas: por meio de construção de palafitas nas áreas de mangue e aterros irregulares.

Por muitas vezes as situações eram consecutivas: o início da ocupação das áreas alagadiças se dava por meio de palafitas construídas sobre o mangue, em madeira, e conforme a consolidação de agrupamentos de palafitas, estas avançavam por meio de aterros realizados logo abaixo das habitações. Silva (2016) relata que inúmeros agrupamentos encontrados nas comunidades têm sua origem

nestes processos de construção de palafitas/aterros, onde “cada ponte definia um alinhamento em cujas laterais se levantavam as casas, formando uma pequena vizinhança ou comunidade claramente identificada.”(SILVA, 2016). Como consequência das situações vivenciadas em comum e das relações criadas a partir de “pontes” em comum, diversos agrupamentos surgiram a partir de cenários como esse e permanecem claros até os dias atuais no território, ressaltando as relações identitárias, ainda que em situações de vulnerabilidade diferentes conforme a evolução e crescimento do bairro. Hoje, no território existem mais de 14 sub-áreas, como por exemplo a Brasília, a Floresta, a Camboa do Mato e a Baixinha. No mapa produzido por Azevedo (1955) da cidade de São Luís, determinadas áreas do bairro são pontuadas de forma inédita para os mapas produzidos na época, demarcando a cidade consolidada, limitada pelos rios Anil e Bacanga e os bairros de origem informal, situados próximos às margens e áreas alagáveis. No mapa, é possível pontuar as áreas da Camboa do Mato, o Alto do Bode (ponto mais alto da Floresta) e a Baixinha.

Figura 14 :Mapa da cidade de São Luís (1955)



Fonte: AZEVEDO apud LEITE, 2018

Em pesquisa de campo, diversos moradores compartilharam memórias em relação às palafitas (que antes do PAC Rio Anil eram encontradas com maior recorrência no território) dos bairros e questões sobre espaços públicos, de lazer atribuídas à elas, porém tais relatos serão tratados no próximo tópico.

Muito antes do início da implementação do projeto PAC Rio Anil, houve a iniciativa do Programa de Erradicação de sub-habitações no bairro da Liberdade, o Promorar, em meio ao fim do cenário militarista brasileiro. O programa foi financiado pelo BNH à nível nacional com o intuito de remoção de favelas, sendo a primeira vez em que a proposta de remoção foi feita sem que os moradores fossem destinados à outras áreas da cidade (VALADARES apud BURNETT, 2009), tendo

suas habitações construídas em terreno apropriado, após a realização de dragagens e aterros. O programa foi responsável pelo aterro para posterior loteamento e construção de 350 moradias na década de 1980 na Liberdade (PINHEIRO, 2013), fato inédito na comunidade que, após mais de 50 anos de existência, havia testemunhado poucas iniciativas públicas de melhoria de infraestrutura no bairro.¹⁶

Figura 15 e 16 : Casa construída no programa Promorar e croquis das diferentes tipologias.



Fonte: Arquivo Jorge Wilhelm

Ainda segundo o autor, Mario Andreazza, até então ministro do Interior no governo de João Figueiredo e responsável pelo programa habitacional, havia prometido à comunidade a construção de 1500 unidades habitacionais, e caso não fossem construídas, as famílias não pagariam por suas habitações, o que de fato aconteceu segundo o relato do morador Basílio Durans:

E tivemos uma reunião com o ministro Mário Andreazza (...). Ele disse: “eu faço uma aposta com vocês aqui (...) se não for feita essas 1500 casas, nenhum morador vai pagar nenhum tostão, vão morar de graça, porque vai ser feita”. E aí ele assinou lá no papel. O certo é que foi feita só 350 casas aqui no bairro Liberdade e até hoje ninguém nunca pagou. Foi um ponto positivo que ele não cumpriu realmente de fazer as 1500, mas cumpriu de que as 350 casas que foram feitas foram ocupadas e não foi pago nenhum centavo.” (DURANS apud PINHEIRO, 2013)

¹⁶ Durante os mandatos como prefeito de São Luís, Jackson Lago aproximou-se das classes populares apoiando diversas melhorias urbanas e de infraestrutura nos bairros da Liberdade, Fé em Deus e Camboa, porém estas intervenções pontuais não obtiveram registros oficiais. (BURNETT e SILVA, 2015)

Diferente do PAC RIO ANIL, o Promorar tinha como objetivo a participação da comunidade no processo, apoiando suas lutas e reivindicações, tornando-a sujeito ativo durante o processo de cadastramento das famílias (PINHEIRO,2013). Já no PAC, o processo distanciou-se de qualquer participação popular, sendo alvo de denúncias em inúmeros pontos antes mesmo das entregas, além dos aspectos projetuais das habitações e o amparo quanto à mudança de realidade habitacional/construtiva, já que as famílias saíram de uma realidade de palafitas e passam a habitar apartamentos padrão Minha Casa Minha Vida.¹⁷ Segundo o autor, nesse cenário em que ressurgem os movimentos sociais com o fim do regime militar, inicia-se no bairro durante a concepção do Promorar, o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados, que contribuiu posteriormente junto à outros movimentos sociais para a criação de um projeto de habitação e urbanização para amparar a população de baixa renda que não dispunha de habitação adequada. O PAC Rio Anil não deixa de ser vinculado à essas iniciativas, mesmo iniciando somente em 2006, tem frutos da articulação dos movimentos sociais e demais iniciativas locais.

O PAC Rio Anil foi aprovado e liberado para execução durante o mandato de Jackson Lago como prefeito do Maranhão, que com o apoio da então ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, obteve amparo federal em março de 2007 (PINHEIRO, 2013). O Programa tinha como objetivo urbanizar o leito esquerdo do Rio Anil, que abrange os bairros da Fé em Deus, Camboa, Liberdade e Alemanha, totalizando uma área 175 hectares e 14500 famílias beneficiadas (BURNETT e SILVA,2015), impactando não somente no bairro mas em toda a cidade. Segundo os autores, seus objetivos contemplavam:

- Construção de 2720 novas habitações para famílias palafitadas;
- 6.000 melhorias habitacionais;
- Regularização fundiária com entrega de até 10.000 títulos de

¹⁷ Os apartamentos construídos nos bairros da Alemanha, Fé em Deus, Monte Castelo e Camboa com os incentivos do PAC Rio Anil seguem padrões de construção em massa utilizados no programa Minha Casa Minha Vida, com apartamentos com menos de 60 m² que são repetidamente reproduzidos em programas habitacionais brasileiros, deixando de lado as diferentes necessidades e realidades dos moradores que habitam o local.

propriedade;

- Construção de equipamentos urbanos;
- Construção da avenida à margem do Rio Anil, que inicialmente previa 25 km;

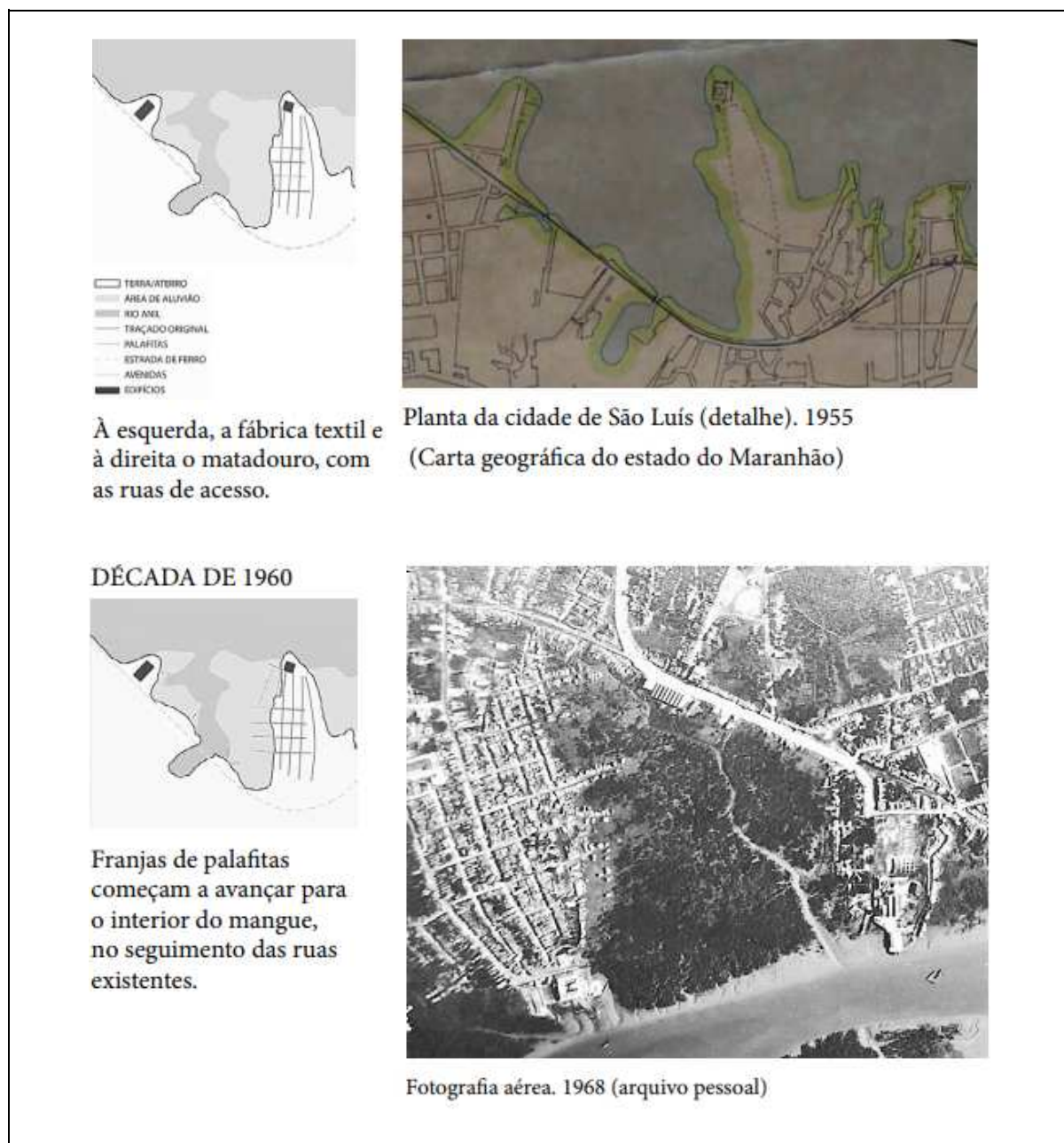
Entretanto, após 12 anos de sua implementação e com diversas áreas ainda em fase de execução além de diversas mudanças e supressões projetuais, o programa sofreu com inúmeros empecilhos durante seu planejamento e execução, o que impactou na abrangência e qualidade dos projetos executados, na falta de participação da comunidade beneficiada e no atraso na entrega das obras. A avenida Quarto Centenário, que inicialmente foi inserida no projeto com o objetivo de limitar o contato do bairro com o mangue, evitando a construção de novas palafitas, acabou tornando-se a peça prioritária do programa para a mídia (BURNETT e SILVA, 2015) e conseqüentemente para o governo, ignorando todo o viés de inclusão social e valorização da territorialidade negra dos bairros atribuídos ao projeto durante sua concepção. Porém, 832 apartamentos foram entregues prioritariamente à famílias que viviam em palafitas nos bairros da Camboa, Fé em Deus, Diamante e Monte Castelo, e somente 4000 melhorias habitacionais foram realizadas em moradias localizadas em terreno firme, entretanto com baixa qualidade construtiva.

O conjunto habitacional da Camboa e os outros implementados durante o PAC Rio Anil foram construídos nas áreas vazias ocupadas anteriormente pelas fábricas da região, visto que o território não dispunha de áreas livres para a construção de tais empreendimentos. No caso do conjunto da Camboa, a área utilizada para a construção pertencia à antiga Fábrica de Tecidos da Camboa, com localização privilegiada, próximo ao Rio Anil e ao centro consolidado da cidade.

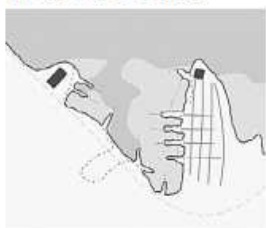
Após discorrer sobre o processo de formação e evolução dos bairros, é possível, então, ilustrar o processo de origem e consolidação dos bairros do estudo de caso a partir de seus primeiros registros até os dias atuais, com todas as mudanças ocasionadas no território, seja por iniciativa pública ou da própria comunidade. A partir do estudo da morfologia urbana do território, que trata-se do

estudo das formas urbanas dispostas na cidade (ROSSI apud LEITE, 2018), Silva (2016) mostra a evolução da ocupação do território a partir da morfologia urbana , com evidência para a ocupação das áreas da Liberdade e da Camboa.

Quadro 1: Morfologia do processo de ocupação do mangue.



DÉCADA DE 1970



Começam os aterros lineares feitos pelos moradores. Prosseguem as palafitas.



Fotografia aérea. 1979 (arquivo Jorge Wilhelm)

Olhando de um ângulo oposto, a partir do rio e com a avenida ao fundo, no centro da imagem. À direita, em baixo, parte do edifício da Fábrica têxtil da Camboa.

DÉCADA DE 1980

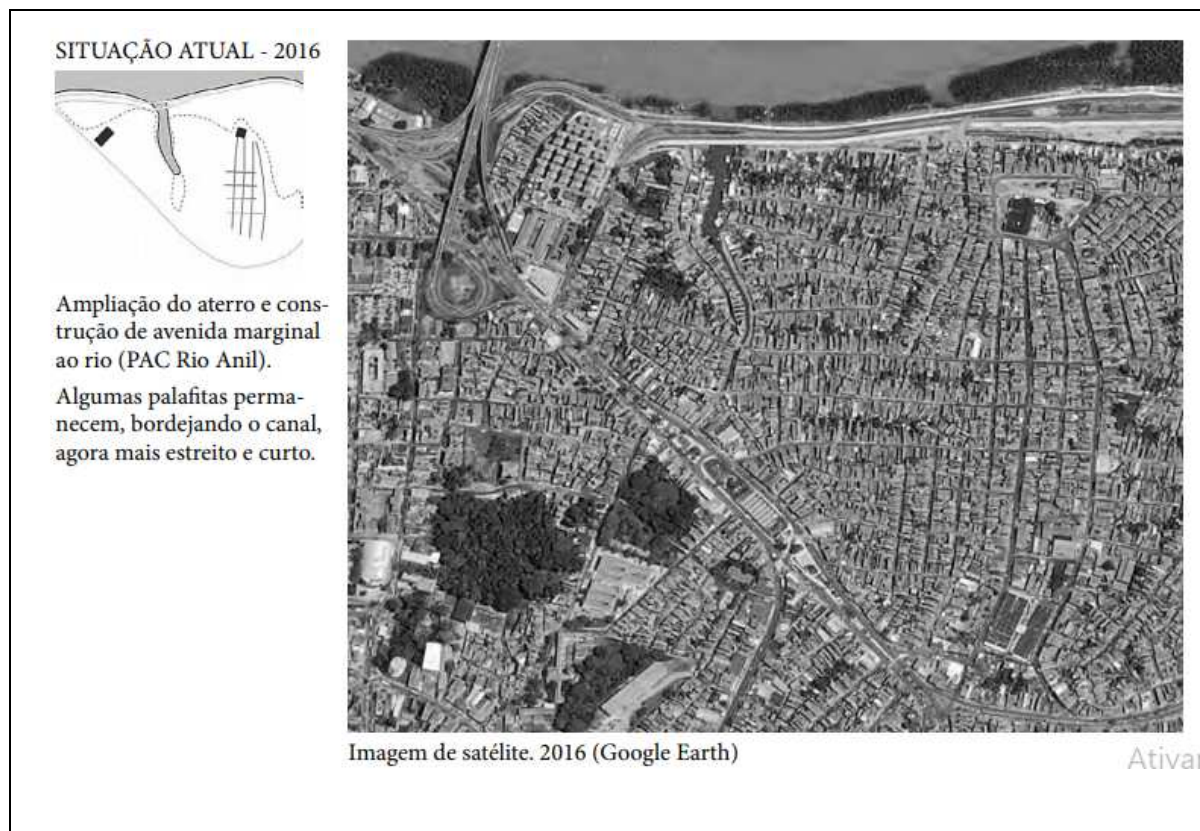


Grande aterro por dragagem feito no âmbito de um programa de urbanização não concluído.

Fotografia. 1982 (arquivo Sérgio Braga)



Com o aterro, muitas palafitas foram derrubadas e os moradores desalojados, tendo de reconstruir a sua casa.



Fonte: SILVA, 2016

Segundo o IBGE (2010), a capital maranhense possui 232.912 pessoas habitando aglomerados subnormais, totalizando 39 aglomerados subnormais localizados na região metropolitana, estando o território Liberdade Quilombola presente neste quantitativo com os bairros da Fé em Deus (17°), Liberdade (34°) e Camboa (19°). Localizados na margem esquerda do Rio Anil, os bairros estão localizados em áreas de domínio da União e estão inscritos na listagem de bairros que passarão por regularização fundiária¹⁸, a partir de ações conjuntas do Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de São Luís. Segundo Oliveira (2015a), a maior parte dos moradores dos bairros não possui qualquer garantia jurídica que comprove o título de propriedade de suas moradias, já que por localizarem-se em área da união, não estão sujeitas a possibilidade de usucapião¹⁹. Porém, a partir do ano de 2003 diversas iniciativas governamentais com intuito de

¹⁸ Bairros localizados na margem esquerda do Rio Anil, compreendendo a Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Monte Castelo, Alemanha, Caratuiua, Vila Palmeira, Barreto, Outeiro da Cruz, Coheb-Radional, Santa Cruz/Bom Clima e Cutim (RIBEIRO JUNIOR, 1999)

¹⁹ De acordo com a Constituição Federal, no artigo 183, parágrafo 3º, as terras e imóveis públicos não serão adquiridos por meio do usucapião, que é a concessão do domínio da área urbana, desde que seja utilizada para a habitação por cinco anos ininterruptos.

promover a regularização destas áreas foram criadas, como: o Ministério das Cidades e a Lei 11.481/2007, que define a regularização fundiária para áreas de domínio da União. Em São Luís, de acordo com Oliveira (2016a), na gestão de Jackson Lago (2007 a 2009) foi iniciado o processo de Regularização Fundiária em áreas da União no imóveis localizados na margem esquerda do Rio Anil, contemplando diversas habitações da Camboa, Liberdade, Vila Sésamo, Vila Gorete, Fé em Deus, etc.

Em 2010, as ocupações localizadas nos bairros do estudo de caso foram declaradas como pertencentes à área de interesse social, inseridas no plano diretor de São Luís como Zona de Interesse Social (ZEIS da Camboa), o que a coloca como prioridade nas políticas de regularização fundiária (OLIVEIRA, 2016a).

5.2. Percepções

Após apresentar o histórico dos bairros, se faz necessário considerar as visões e percepções daqueles que fizeram e fazem parte cotidianamente do processo de construção do espaço, sem desvincular a história e cultura dos moradores do processo de consolidação e crescimento do território. Para Ramos (2007), é essencial incorporar ao planejamento urbano as práticas e percepções do espaço urbano, no sentido de somar aos territórios não somente a possibilidade de qualidade de vida à seus moradores, mas também de respeitar suas escolhas, suas características, usos e seus valores impressos anteriormente ao local. A autora acredita que,

(...) poderia ser possível pensar a arquitetura e o urbanismo que possam ser concebidos coletivamente (e socialmente), entendendo-os dependentes do ambiente social (histórico, cultural, econômico e político), do ambiente natural (considerando climas, relevo, geologia, hidrografia, disponibilidade de materiais) e do conhecimento local e científico-tecnológico, ao mesmo tempo em que podem ser estimuladores deste meio social, justificado pelo impacto que causam às pessoas ou ao meio ambiente (RAMOS, 2007, p.65)

Dessa forma, os relatos e percepções utilizados nesta pesquisa partem de moradores e frequentadores assíduos dos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus, além da perspectiva da autora ao adentrar o local durante a pesquisa de campo e as percepções previamente consolidadas durante visitas usuais ao local, anteriores ao início da pesquisa. Para dar início à coleta de dados e as visitas aos bairros, o primeiro contato estabelecido foi por intermédio da Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR- MA), que indicou o morador Maycon Lopes para uma aproximação com o histórico e realidade atual do lugar, além de indicar bibliografia pertinente ao assunto e produzida por diversas pesquisas no âmbito da Geografia, Sociologia e Cartografia Social no Maranhão. Como resultado da entrevista com Maycon, liderança de projeto voluntário no bairro da Liberdade, o CISAF, a quem se teve acesso logo no início da pesquisa de campo, houve uma visita guiada pelos bairros em questão e indicação de diversos moradores que poderiam contribuir com a pesquisa. A partir disso, a maioria das pessoas entrevistadas surgiram por meio de indicação de outro morador entrevistado, para que houvesse a possibilidade de coletar relatos de moradores que habitam há muitos anos o local e pudessem fazer contribuições sobre o histórico dos bairros. Todos os entrevistados são negros (pretos ou pardos) e refletem a realidade do local onde vivem através de seus relatos e memórias, sendo possível a compreensão da evolução dos bairros e de suas infraestruturas, além do aspecto de territorialidade e identidade com o local.

Os relatos foram somados aos dados institucionais levantados com o intuito de aproximar a pesquisa do olhar cotidiano, próximo à realidade do lugar e das pessoas que o constroem. Com isso, foram necessárias também diversas visitas ao local, que proporcionaram percepções acerca das construções, da vitalidade urbana, dos usos atribuídos às calçadas e das ruas como principal espaço de manifestações culturais locais.

Anteriormente pretendia-se abordar os bairros de forma isolada, tratando o contexto de cada um e ignorando a influência dos bairros vizinhos sobre o local, porém tal leitura não compreende os bairros como Território Liberdade Quilombola, de herança cultural e histórico de ocupação comuns. Segundo Assunção (2017),

há fortes relações de afinidade mantidas entre os moradores dos bairros com as cidades vizinhas, e no interior dos próprios bairros, as festas religiosas e os eventos culturais podem significar as experiências compartilhadas por esses moradores, uma vez que elas representam um elemento de afirmação da identidade coletiva. (ASSUNÇÃO, 2017, p. 24)

Os relatos recolhidos por Assunção (2017) durante suas pesquisas sobre identidade do bairro da Liberdade como quilombo urbano mostram as relações construídas com as cidades de origem dos moradores através de pequenos portos que funcionavam na região e, ainda hoje, marcam a memória afetiva dos mais antigos. Através de tais portos, hoje inexistentes por conta do crescimento do bairro em direção ao mangue, as mudanças das relações de trabalho e a construção da Avenida Quarto Centenário em 2014, “(...) se estabelecia a rede de relações que interliga os três bairros às cidades de Alcântara e demais cidades do Litoral Ocidental e da Baixada Maranhense (...)”, relações estas tanto comerciais como culturais, visto que muitos traços identitários dos bairros têm sua origem atrelada à raiz cultural de outras cidades do Estado.²⁰

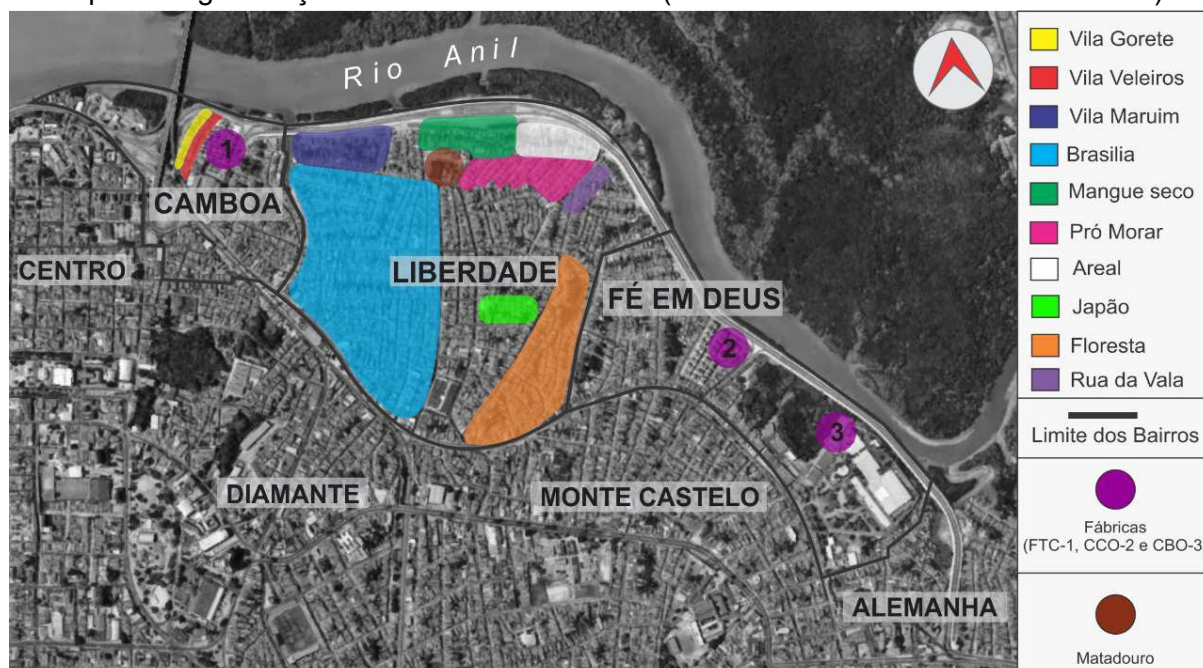
Os bairros da Fé em Deus, Liberdade e Camboa até os dias de hoje limitam-se entre si por meio de canais fluviais, resultado dos inúmeros aterros ocorridos no território. Em relatos dos moradores, há diversas menções aos diversos canais que existiam no bairro e a influência da tábua de marés sobre o território, deixando áreas totalmente submersas em maré cheia, com mais de 5 metros de altura. A segmentação dos bairros em comunidades menores têm origem também nesse fator, já que o processo de ocupação do território aconteceu de forma segmentada, seguindo núcleos familiares, padrões de ocupação e de proximidade a áreas de interesse, com melhor terreno/infraestrutura. Dessa forma, pequenas comunidades independentes surgiram com o passar dos anos e são reconhecidas até os dias de hoje, formando “sub-bairros” no território. Algumas das áreas são: Brasília, Baixinha, Camboa Areal, Camboa do mato, Floresta, Areal, Vila Gorete e Vila Veleiros.

As fábricas instaladas na região, assim como o Matadouro, tiveram grande importância na ocupação informal dos lotes, já que as famílias construíam suas

²⁰ Boi da Floresta, com raízes da cidade de Viana, Boi de Leonardo, da cidade de Bequimão, entre outros.

casas em locais onde existisse certa infraestrutura e proximidade com serviços e emprego, e tais empreendimentos atraíam e cobravam da municipalidade o mínimo de infraestrutura para a instalação de seus serviços. Os currais do Matadouro foram rapidamente ocupados após o loteamento realizado pelo município a partir da década de 50, o que influenciou na rápida ocupação dos arredores do local e do crescimento dos bairros como um todo, tendo sido a época em que o crescimento foi mais perceptível na área.

Mapa 3: Segmentações existentes no território (baseadas nos relatos dos moradores)



Fonte: elaborado pela autora

Diversos moradores (Amanda Persi, Edilson Sá, Alexandre, Maycon, Walbert, Dona Eva, Jefferson e Luís Sá) puderam colaborar com a pesquisa ao localizar os “sub-bairros” no território, através de relatos durante as entrevistas, conversas informais durante a pesquisa de campo ou através de desenhos sobre os mapas dos bairros. Edilson Sá, morador da área da Floresta, durante seu relato pôde demarcar com o uso de canetas os mapas usados durante a entrevista, dando ênfase às áreas que vieram à tona durante seu relato. Não foi possível determinar com exatidão os limites das áreas, já que para isso seria necessário mais tempo de pesquisa de campo para percorrer todo o território, porém fazer a localização

aproximada de tais segmentações já influencia no entendimento da ocupação do local e das relações de vizinhança existentes.

A morfologia das ruas e dos lotes mostram a característica da ocupação informal do território, que segue a topografia e as diretrizes estabelecidas pelos próprios moradores na definição das ruas. A identificação das comunidades presentes no território por vezes ajuda na compreensão da morfologia do lugar, já que diversas ruas e vilas surgiram a partir da mesma ponte de madeira que dava acesso às suas palafitas construídas ali.

Os bairros desta pesquisa são limitados por 3 avenidas, a avenida Camboa, que marca o início da ocupação do local; a avenida Governador Luís Rocha, trecho que deu prosseguimento à avenida Camboa e marca o local em que passava a Estrada de Ferro e, posteriormente inaugurada, a avenida Quarto Centenário, que limita o acesso ao Rio Anil e impede²¹ o avanço da ocupação informal em direção ao mangue. Dentro do território não existem avenidas, há somente a presença de ruas, onde duas dessas são responsáveis pelo tráfego de veículos principal da área da Liberdade: as ruas Corrêa de Araújo e Gregório de Matos. A única linha de ônibus que atende à demanda por transporte público da área trafega somente por essas ruas, que segundo moradores, tratam-se dos primeiros trechos consolidados da área. A Campina do Matadouro, hoje rua Gregório de Matos, foi a primeira estrada construída para atender à demanda de acesso por terra ao antigo Matadouro Modelo, já que o principal acesso ao lugar dava-se por meio do rio Anil (PRISTO, 2016). Em decorrência disso, Alberto da Liberdade²² (apud ASSUNÇÃO, 2017) relata que os primeiros moradores do local habitaram essa região, existindo características construtivas nas casas mais antigas decorrentes desse período, como as eiras e beiras encontradas nas fachadas e as paredes de adobe. O trecho que compreende essas ruas é a área em que a morfologia tem padrão mais regular (a partir de uma análise empírica dos mapas e imagens de satélite), com quarteirões

²¹ Após a construção da Avenida Quarto Centenário, é possível notar a presença de um pequeno grupo de palafitas ocupando o lado direito da avenida, em área de mangue.

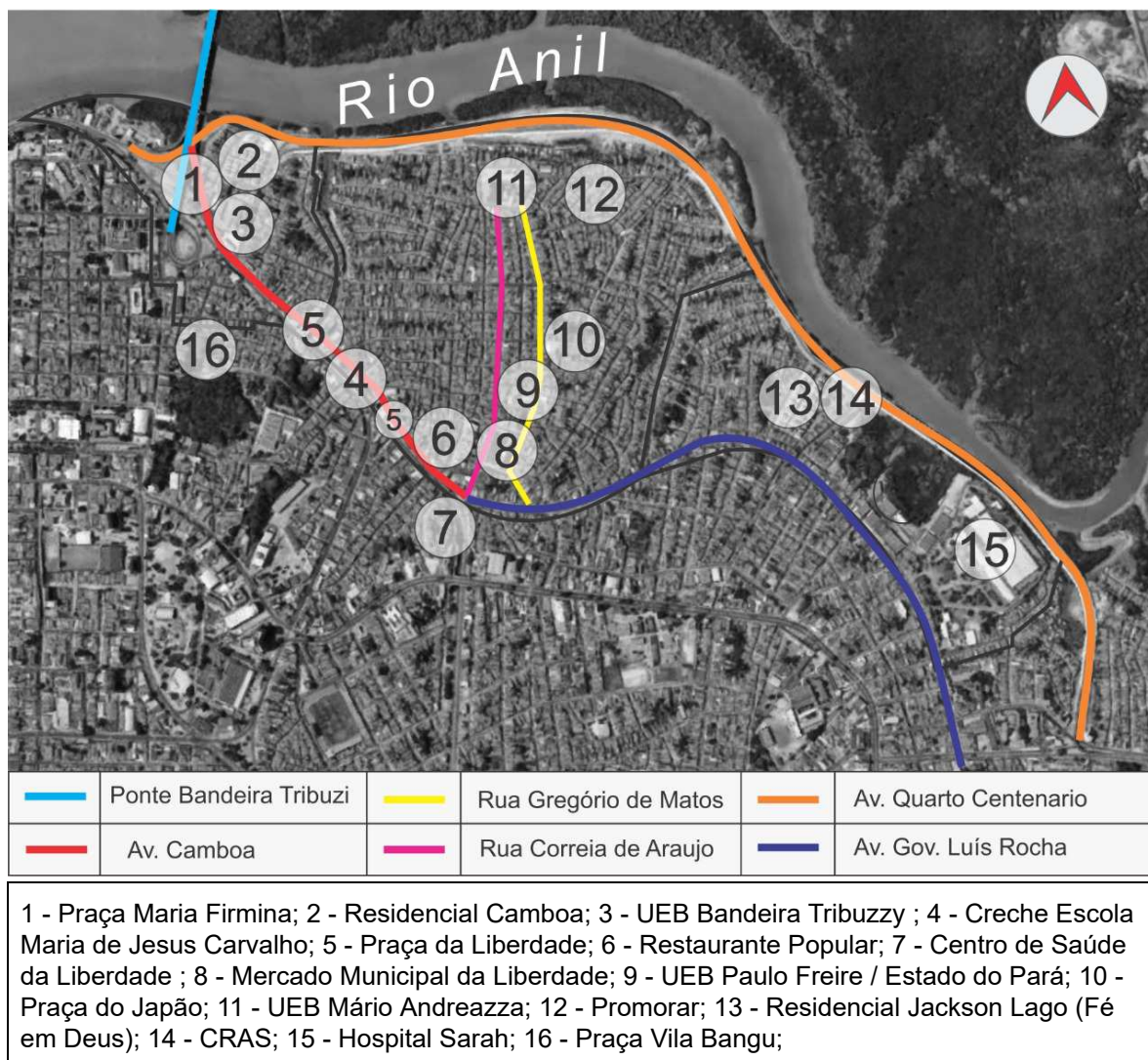
²² Alberto da Liberdade é proprietário da produtora local Novo Quilombo, referência cultural e simbólica para a área, que atrai diversos turistas e apreciadores do reggae roots. Tal relato foi apresentado à Assunção (2017)

mais definidos e de tamanho semelhante, além das áreas construídas a partir de programas habitacionais, como o residencial Camboa e o Promorar.

A área da Baixinha, hoje pertence ao bairro do Monte Castelo, é acolhida e entendida pelos moradores da Liberdade como área pertencente ao bairro, visto que há uma relação maior com o bairro da Liberdade, além da instalação do posto de saúde do bairro na área e sua rua principal como via de acesso diário aos moradores que deslocam-se através de transporte público. Somado à isso, a morfologia das ruas é mais condizente com a encontrada na Liberdade, principalmente com a área da Floresta, que segue a lógica de ocupação espontânea e adequa-se aos caminhos e topografia do local - diferente do Monte Castelo, que tem no seu traçado a característica mais regular assemelhando-se a bairros loteados. Além disso, o Alto do Bode, ponto mais alto do bairro e localizado na área da Floresta, teve o seu nome oriundo do Alto da Carneira, como era conhecida a área da Baixinha, os dois pontos mais altos das redondezas.

Ainda que a migração para os bairros tenha sido motivada pela possibilidade de acesso facilitado à serviços básicos como saúde e educação, a presença de tais equipamentos no território ainda é insuficiente, ficando a cargo de outros bairros a demanda necessária ali.

Mapa 4: Mapa de equipamentos urbanos encontrados nos bairros da Camboa, Liberdade e Fé em Deus



Fonte: elaborado pela autora

A incidência de pessoas que vieram de outras cidades do interior do Estado é encontrada não somente nas pesquisas do âmbito acadêmico sobre a área, mas também ao adentrar o território e conversar informalmente com os moradores e ouvir sobre as suas vivências e memórias. Sr. Edilson Sá, filho mais novo de 10 irmãos, tem família oriunda de uma área remanescente de quilombo de Alcântara e residem na Floresta há mais de 40 anos (alguns migraram para outros bairros da cidade, porém continuam frequentando o território), e ao chegar ao bairro foram separados em diversas casas de familiares que também migraram de Alcântara, todas localizadas na área da Floresta. O Sr. Luís Sá, irmão do Sr. Edilson, por

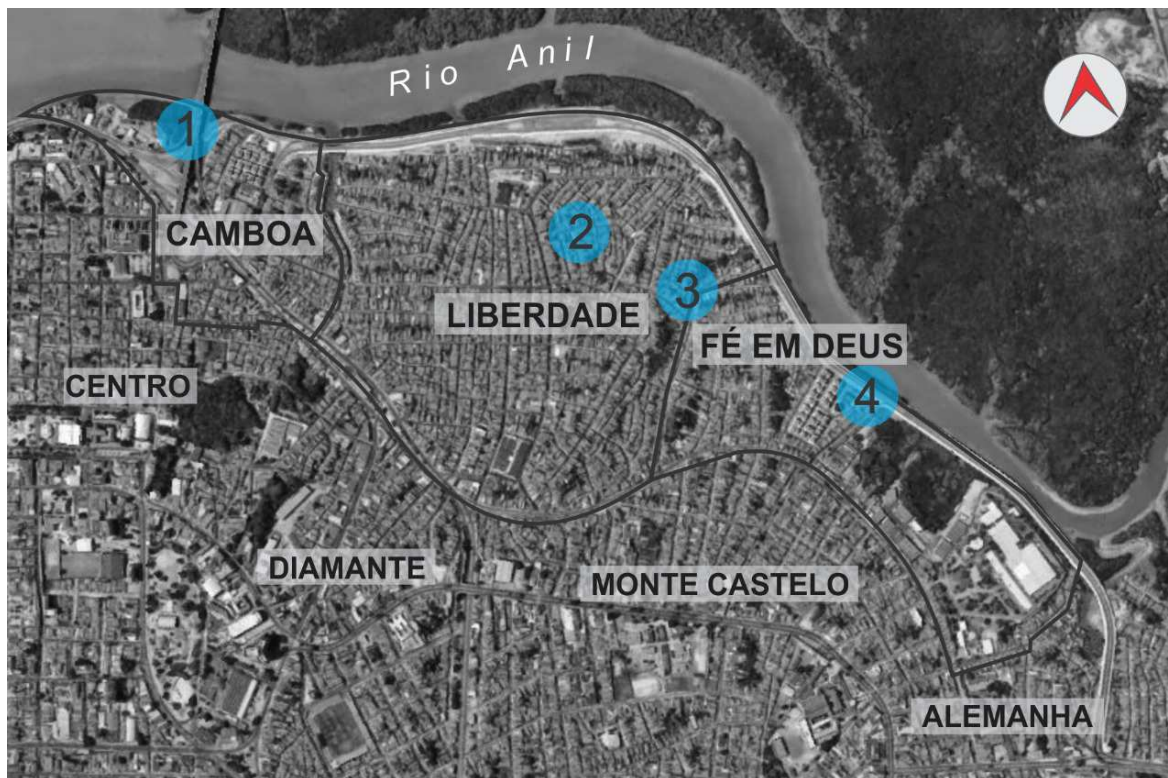
ocasião pôde evidenciar a sua ascendência ao relatar que sua bisavó era escrava doméstica em Alcântara, e sua avó e sua mãe já conseguiram trabalhar em casas de família, em Alcântara e em São Luís. Cenário semelhante é encontrado em diversas famílias que mudaram para São Luís, construindo assim uma rede de amparo aos que viriam posteriormente de modo a estabelecer uma “ponte” com a comunidade de origem, mantendo suas relações afetivas e identitárias com o lugar de nascimento.

A presença de diversos portos informais no território com grande importância para a economia do bairro ilustra a proximidade e a relação com o Rio Anil, que além de fornecer o sustento aos inúmeros pescadores do local e tornar-se via fluvial estratégica para transporte de mercadorias para as fábricas e o Matadouro (BURNETT e SILVA, 2015), estabelecia o contato mais facilitado com as cidades da baixada maranhense. Seu Tônico²³, em relato à Assunção (2017) conta como aconteciam as relações e trocas com outras cidades da baixada maranhense através dos inúmeros portos que existiam na região, onde eram trazidos tijolos, carvão, palha e areia, enquanto eram levados itens do comércio da cidade, situações que aconteciam rotineiramente no local.

A existência de pontos de banho e praias são ressaltados nas memórias de infância do Sr. Edilson no local, como a praia localizada no fim da Rua da Vala (Rua da Galeria), os portos de Santa Bárbara (localizado onde hoje é a Rua Santa Bárbara) e do Caju (localizado próximo à Rua Bom Jesus). As dragagens realizadas para a implementação dos lotes urbanizáveis - tendo em vista a ausência de infraestrutura - do Promorar influenciaram na extinção da maioria desses pontos no território por conta dos aterros criados e a insegurança das águas durante o processo de dragagem.

²³ morador do bairro da Fé em Deus, brincante do Boi e do Tambor de Crioula da Floresta, entrevistado por Assunção (2017)

Mapa 5: Localização dos portos citados durante os relatos dos moradores:



1 - Atual estaleiro; 2- Porto de Santa Bárbara, localizado anteriormente na Rua de Santa Bárbara, foi aterrado com o processo de dragagem do Promorar; 3- Porto do Caju, desativado após sucessivos aterros e a construção da Av. Quarto Centenário; 4- Porto de Roma, localizado ao lado da antiga fábrica da Companhia Carioca de Óleos, desativado após a construção da Av. Quarto Centenário;

Fonte: elaborado pela autora

Dona Miruca, antiga moradora do bairro da Liberdade, expõe em seu relato à ASSUNÇÃO (2017) as dificuldades vividas durante a sua infância em um bairro onde a maré tinha presença constante e determinava onde era possível construir as vias e habitações do local,

As memórias que eu tenho são péssimas. Quando mamãe veio de lá (da área da Floresta) eu era pequena e a maré passava aqui no fundo e na frente da casa tinha uma ponte e as casas eram bem pequenininhas. (DONA MIRUCA apud ASSUNÇÃO, 2017)

Em relação à implementação do programa habitacional Promorar, na década de 80, o padre Sérgio Braga (apud SILVA, 2016) relata o quão conflituoso foi o processo de aterro por meio de dragagem da área, onde novos ocupantes

chegavam à todo momento para ocupar o recém aterrado trecho e somando ao número de famílias que já habitavam palafitas no local, o que causou diversos conflitos com a polícia. O padre expõe que a truculência policial o motivou a registrar tais processos através da fotografia, onde era possível notar a insistência de determinadas famílias em reconstruir suas casas ali, mesmo após a repentina destruição destas.

Figura 17: Polícia demolindo habitações construídas no Promorar (1982)



Fonte: Arquivo Sérgio Braga apud Silva, 2016

Como já mencionado, o programa não foi bem sucedido na construção da quantidade de habitações que havia proposto, porém teve como maior resultado o aterro da área e a consequente ocupação dos lotes aterrados localizados próximos às habitações construídas, o que influenciou na rápida ocupação dos espaços livres. Como apresentou o morador Maycon, ao mostrar a área do Promorar e a influência do programa na consolidação das ocupações localizadas nos arredores.

Hoje, só é possível localizar a área do Promorar ao observar atentamente a configuração das ruas, lotes do local e a partir de imagens de satélite, já que as tipologias das casas passaram por inúmeras alterações e não seguem os mesmos padrões estabelecidos em projeto. A Avenida Principal construída durante o projeto teria sido a avenida mais próxima ao mangue para limitar o acesso ao rio e inibir novas ocupações, porém não funcionou como tal e inúmeras palafitas surgiram com o passar do tempo naquela área, que é conhecida pelos moradores hoje como Areal (área localizada entre a Avenida Quarto Centenário e a Avenida Principal do Promorar).

Figura 18 e 19: Área do Promorar (imagens de satélite e Street View)



Fonte: Google Earth Pro, 2019

A Rua da Vala é outro marco na área e foi citada inúmeras vezes nos relatos dos moradores, principalmente quando tratava-se da evolução da infraestrutura dos bairros. A Rua da Galeria, conhecida popularmente como Rua da Vala resume um período de melhorias no saneamento básico das habitações do local, onde tinham-se diversos canais a céu aberto, como consequência dos aterros informais, localizados em frente às moradias e recebendo lixo e o esgoto doméstico dessas, direcionando-o para o Rio Anil. O Sr. Edilson menciona a presença de diversas palafitas ao longo da rua, com pontes de madeira estreitas e instáveis onde crianças por vezes caíam próximas ao canal, fazendo com que diversas mães proibissem seus filhos a saírem de casa, restringindo os espaços de sociabilização das crianças considerando a carência de espaços públicos adequados desde a época. Atualmente não existem palafitas no local, que foi aterrado e canalizado por iniciativa e pressão dos moradores frente às instituições públicas para a melhoria da infraestrutura da região, porém o canal permanece aberto até o encontro com a Avenida Quarto Centenário, desembocando no Rio Anil. Para amenizar a ausência de acessos sobre o canal, ligando as duas vias da rua, em diversos trechos é possível encontrar a presença de pontes em madeira, improvisadas pelos moradores da área com o intuito de permitir a passagem de pedestres.

Figura 20: Rua da Vala, com canalização aberta, limitando o tráfego de pessoas



Fonte: Google Earth Pro, 2019

De acordo com Maykon (apud ASSUNÇÃO, 2016), há ruas que demarcam a chegada dos primeiros moradores advindos de áreas quilombolas do estado e são ruas icônicas na área da Liberdade, sendo elas as ruas Inglês de Sousa, Recanto da Floresta, Garrafa, Poço e São Gabriel, que foram homenageadas durante as comemorações do primeiro centenário do bairro da Liberdade. Sobre a Rua do Poço, localizada na Floresta e primeiro endereço do Sr. Luís Sá, carrega este nome por direcionar à um dos diversos poços que abasteciam a região, já que o bairro não dispunha de infraestrutura de abastecimento de água. Em virtude do constante movimento ao redor destes poços, principalmente aos finais de semana, tais espaços tornaram-se chave no bairro, como ponto de encontro e localização, daí a origem do nome do logradouro.

Quanto às habitações, as casas de taipa foram pouco citadas nos relatos dos moradores, ressaltando que a técnica construtiva não esteve tão presente no território durante os últimos 40-50 anos. Ainda assim, a evolução das casas perpassou esta técnica construtiva de acordo com os relatos de pessoas mais antigas do local, como relatou a Dona Maria José²⁴ de 76 anos de idade. Porém a técnica era restrita aos trechos mais altos, já que sua utilização seria inviável em

²⁴ Dona Maria José é moradora da Floresta, na rua Tomé de Sousa, e concedeu entrevistas à pesquisadora.

áreas alagáveis por conta da fragilidade do material construtivo quando em contato com a água ou umidade.

Dona Maria José mora na área da Floresta há 68 anos e conta que na época de sua chegada o bairro possuía poucas casas, sendo a maioria construída com a técnica taipa de mão e cobertas com palha. Somado aos inúmeros terrenos baldios ao redor, os tempos de seca e as lamparinas utilizadas na época, aconteciam incêndios rotineiramente que destruíram por completo as casas, o que acentuava-se com a dificuldade de acesso à água, que era encontrada somente em alguns poços da localizados nas áreas mais baixas da região. Cenário semelhante aconteceu na Camboa, em que ocorreram diversos incêndios em casas cobertas de palha, onde a vizinhança se engajava em mutirões para minimizar os prejuízos e nas reconstruções das habitações autoconstruídas (ASSUNÇÃO, 2017). Ainda em 2017 tal situação permeia o território, que sofreu com um grande incêndio na área de palafitas localizadas na Fé em Deus, destruindo completamente 20 habitações. O engajamento coletivo para realocar e amparar os desabrigados foi de iniciativa da própria comunidade, que utilizou a igreja do local como pólo para arrecadamento de suprimentos.

Figura 21 e 22 : Incêndio em palafitas da Fé Deus e arrecadação de suprimentos na Igreja de Nossa Senhora Aparecida

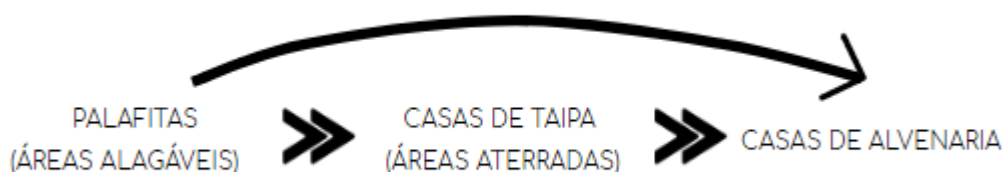


Fonte: acervo pessoal, 2017

Os moradores das palafitas, por necessidade de adequação do espaço à moradia, realizavam os aterros por iniciativa própria conforme as moradias adentravam o mangue. Segundo SILVA (2016), os aterros eram iniciados logo abaixo das vias de madeira que davam acesso às palafitas, e só em seguida eram

feitos os aterros sob as casas, deixando as áreas dos fundos ainda sobre estacas para facilitar o acesso ao rio, que ainda seria utilizado para a pesca e receberia os dejetos da habitação. Ainda de acordo com a autora, cada porção de aterro construído ali resultaria em territórios isolados das demais porções, criando pequenas comunidades que não estabeleciam contato direto entre si, cenário que altera-se conforme o crescimento dos bairros. Tais situações são reafirmadas por Maycon ao contar que o entulho residual de construção e mesmo do lixo eram utilizados como uma espécie de votos de cabresto²⁵ em inúmeras áreas da comunidade, onde as famílias recebiam o material para aterrar o terreno e trazer certa estabilidade para suas moradias em troca de votos eleitorais.

Figura 23 : Relação da evolução das casas no território, conforme relatos de Sr.Edilson, Maycon e Alexandre



Fonte: elaborado pela autora

O estigma de precariedade urbana atribuído à área é evidenciado com a construção da Ponte Bandeira Tribuzzy, construída em 1980 cruzando o Rio Anil e interligando o centro à nova área de expansão da cidade (BURNETT e SILVA,2014). A construção sobre o rio trouxe aos moradores da cidade não só possibilidade de desenvolvimento urbano para a nova rota de expansão, mas a visualização da paisagem e evolução dos bairros localizados ao lado direito da ponte, adentrando o mangue com uma quantidade significativa de palafitas, além do contraste existente entre o desenvolvimento urbano parcial e direcionado aos interesses do mercado e a invisibilidade atribuída aos espaços de população majoritariamente negra e pobre.

²⁵ O voto de cabresto é uma ferramenta utilizada com fins eleitoreiros para compra de votos, garantindo o acesso aos cargos públicos por meio de trocas materiais ou poderio econômico. No caso em questão o entulho principalmente de lixo era utilizado nos aterros informais.

Figura 24 : A rua e suas diversas etapas de construção: a palafita, o aterro e posteriormente, o asfalto



Fonte: SILVA e KAPP, 2016

A substituição das palafitas autoconstruídas pelos apartamentos padronizados e distantes de qualquer participação na concepção projetual, segundo Assunção (2017), em nada amenizou os estigmas e estereótipos de violência atrelados ao lugar de moradia, além de não considerar os modos de vida aos quais àqueles sujeitos estariam habituados experimentando a

expropriação de suas formas culturais, de lazer, de sociabilidade, religiosas e de trabalho, e não houve formas de compensar tais perdas (...) sob a justificativa de dar-lhes “moradias dignas”.(ASSUNÇÃO, 2017, p.41)

“Você gostaria de morar em outro lugar?”. Tal questão foi levantada inúmeras vezes, e na grande maioria delas a resposta foi a mesma: não. O lugar é carregado de memórias, onde a identidade lugar/indivíduo reafirma-se à todo momento na ocupação das ruas, nas relações de vizinhança e nas diversas manifestações culturais presentes no território. As relações entre moradores podem ser comparadas à própria constituição das comunidades africanas, onde existe um sentido de agregação social nas comunidades negras, que se manifesta a partir das

relações de compadrio, nas dificuldades semelhantes e nas festividades organizadas no território (RAMOS, 2007) e nas aproximações com seus lugares de origem, caracterizando as territorialidades do lugar.

As mudanças dos moradores para outros bairros ocorrem, mas por vezes não por desejo total de saída, como por exemplo o caso do sr. Luís Sá que saiu em decorrência do casamento e por não ter uma casa no local, - a não ser a dos familiares - o que o obrigou a ir morar com a esposa. Porém o ex-morador afirma frequentar regularmente o bairro e conta que existem diversos moradores que saíram do bairro e também fazem o mesmo, além de inúmeros frequentadores que nunca moraram no local, mas o frequentam por conta das diversas manifestações culturais que existem por todo o território. Tais fatos revelam a relação com o bairro além do morar, mas com o sentido de pertencer aquele local, onde por questões familiares ou por identificação com as diversas manifestações culturais, o território torna-se ponto de incidência de diversas pessoas.

Segundo o relato de Dona Maria Pretinha à Assunção (2017), há a presença de inúmeras pessoas da mesma família morando na mesma rua, comunidade ou no território como um todo, e quando chegou à cidade já haviam diversos familiares e pessoas conhecidas no bairro, com origens semelhantes à dela, como São Bento e principalmente Alcântara.

Mãe Dedé²⁶ conta em seu relato à Assunção (2017) que as festividades que ocorriam no início da ocupação do bairro eram relacionadas às religiosidades locais, e aconteciam nas ruas da Fé em Deus, onde “no lugar da quadra em frente ao terreiro de Iemanjá era um chão vazio, aí a gente botava a barraca da cerpa pra vender e adquirir dinheiro para fazer as coisas miúdas da festa, era muito bom” (YALORISHA DEDÉ DE BOÇO CÓ apud ASSUNÇÃO, 2017). Interações como essas ocorrem mesmo nos dias de hoje, o que é percebido com maior clareza aos fins de semana, onde ao caminhar pelo território é possível encontrar diversas manifestações religiosas²⁷, culturais ou mesmo de interação entre moradores e vizinhos nas ruas e calçadas do local. Dessa forma, desde as origens destes bairros

²⁶ Mãe Dedé é moradora da Fé em Deus e seu relato foi encontrado na pesquisa de Assunção (2017)

²⁷ Segundo os moradores entrevistados, a diversidade religiosa existente no território não é conflituosa, havendo a presença de espaços de diferentes religiões, por exemplo, em uma mesma rua.

majoritariamente negros, nota-se a importância dos espaços das ruas como complementares às relações vividas ali, permitindo a sociabilidade de seus moradores e suprimindo a necessidade de espaços livres para suas manifestações culturais, além de por vezes complementar as diminutas áreas de suas habitações, que tornam-se mal ventiladas e iluminadas por limitações decorrentes dos - em maioria - pequenos terrenos e do alto nível de ocupação das casas no lote, a fim de aproveitar o máximo de espaço possível. Sobre a ocupação das ruas através de diferentes iniciativas, pontuais, religiosas ou culturais, o Sr. Luís Sá, emocionado, complementa: “a liberdade é isto!”.

As festas e manifestações religiosas ocorridas no território agregam ao pertencimento e identidade do lugar, promovendo a interação entre os moradores nas ruas dos bairros, independente da infraestrutura do local. Dona Maria Pretinha (apud ASSUNÇÃO, 2017) relata que as festas realizadas na Camboa aconteciam nas ruas e quintais recém entulhadas do bairro, processo que aproximava os moradores desde o processo de “entulhamento” das áreas alagáveis até as construções de suas casas e organização dos eventos.

Figura 25 : Capela de São Benedito localizada na Vila Sésamo, em rua sem saída em que a comunidade todos os anos realiza festejo ao santo.



Fonte: Google Earth Pro

A vitalidade urbana nas ruas e becos do local torna-se perceptível principalmente aos finais de semana, dias em que há a possibilidade de descanso do trabalho e realização de atividades de lazer pelos moradores, que utilizam das próprias ruas do local como áreas de sociabilização, realidade pouco encontrada em outros cenários que dispõem de melhor infraestrutura e segurança na cidade.

A ausência de quintais e afastamentos entre os lotes estreita a relação com as áreas externas à casa, tornando a calçada por vezes a própria extensão da moradia, um “espaço semi-público” (RAMOS, 2007). Tal situação foi encontrada durante a pesquisa de campo ao perceber a presença de moradores sentados nas calçadas de suas casas, ocupando as ruas e becos sem saída com mesas e cadeiras, interagindo com a vizinhança, além da presença de crianças brincando na porta de suas casas. Como Maycon colocou, “o meu quintal é a rua”.

Figura 26: Crianças brincando e mães conversando na calçada de suas casas, no trecho em frente à Igreja Santo Expedito, na Floresta. A movimentação das crianças permaneceu mesmo durante a chuva.



Fonte: registro feito pela autora

Quanto aos espaços públicos de lazer localizados na comunidade, são restritos quando comparadas à extensão territorial e a proporção de habitantes do

lugar, que conta com um pequeno número de praças, quadras e demais áreas de lazer propostas pelo poder público. Como visto anteriormente, as propostas do PAC Rio Anil pretendiam implementar diversos equipamentos públicos e de lazer nas comunidades que participaram do programa, porém tal ação não se efetivou por completo. Entretanto, é importante pontuar que as áreas de lazer (a maioria delas contornando o território) existentes são bastante utilizadas pelos moradores, sendo somadas às ruas, calçadas, esquinas e becos espalhados pelo território como espaços de lazer e sociabilização. Tal ocorrência deve-se, segundo Weimer (2012), às características culturais herdada das sociedades africanas e presentes até os dias atuais na cultura negra. Segundo Ramos (2007), a alegria e a satisfação são consideradas “forças vitais” na base da filosofia africana e manifestam-se na religiosidade, nas relações sociais e por consequência, nos espaços de uso cotidiano.

Além disso, a presença de inúmeras famílias que se mantiveram no território mesmo após gerações caracterizam os laços familiares encontrados nos bairros e são encontradas nas diversas coabitações do local, onde membros da família segmentam os lotes de suas casas ou até mesmo as dividem para contemplar o crescimento da família. Tal situação foi identificada durante os relatos de Dona Maria José ao contar o início de sua trajetória no bairro aos 8 anos de idade, onde sua mãe comprou um lote na área da Floresta e construiu sua moradia no local por conta da proximidade com o trabalho, o conjunto de Fábricas da Fabril. Após casar-se, Dona Maria José recebeu metade do terreno de sua mãe para construção de sua casa e de seus filhos, porém até os dias de hoje ambas dividem a mesma parede lateral.

Maycon pontuou durante as visitas que essa característica é encontrada em diversas casas que passaram por esse processo, em que um lote é segmentado para duas ou mais habitações da mesma família. Devido ao tamanho reduzido dos lotes e a falta de áreas livres, a maioria das moradias encontradas durante a visita apresenta uma parede comum a ambas as casas, locadas lado a lado e sem afastamentos laterais, de modo a dividirem a mesma cobertura.

Figura 27 e 28 : Moradias encontradas na Rua Côrrea Araújo e na Rua Orlando de Barros, próximas ao Promorar



Fonte: Google Earth Pro, 2019

O trecho que compreende a Avenida Camboa e a Avenida Governador Luís Rocha passou por inúmeras alterações de uso e infraestrutura, todos rememorados pelos moradores até os dias de hoje ao relatar as grandes intervenções públicas implementadas na área. Mãe Maria Augusta conta em relato à Assunção (2017) que sua primeira moradia no bairro era um imóvel alugado, localizado onde seria construída a estrada de ferro, em meados de 1960. Ao saber que o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Maranhão (DER-MA) estaria desapropriando as moradias construídas na futura linha do trem e repassando valor equivalente às construções, vendeu a propriedade e com o valor pôde repassar ao dono a quantia referente à casa, além de comprar outros dois lotes no bairro da Liberdade. Tal situação, segundo a autora, indica como se dão os acordos que marcaram as formas de organização do território desde o início da sua consolidação.

Após a construção da ferrovia, a área livre localizada ao lado dos trilhos na área da Baixinha foi utilizada para construção de uma praça para o bairro, segundo o que conta o Sr. Edilson, que lembra das inúmeras vezes que frequentara o local e o quanto a comunidade usufruiu daquele espaço, visto que não haviam muitos espaços de lazer na área. Os becos estreitos e sem saída passam por uma ressignificação nesse processo, passando a ser utilizados como espaços de lazer para crianças e adolescentes, ambientes seguros por não permitir acesso aos automóveis e que mantinham as crianças longe das margens do rio.

Porém, ainda segundo o morador, a Estrada de Ferro logo seria desativada para a criação de uma via para a circulação de automóveis, assim como a área da praça pública seria utilizada para o alargamento da avenida, desapropriando mais uma vez inúmeras casas da região.

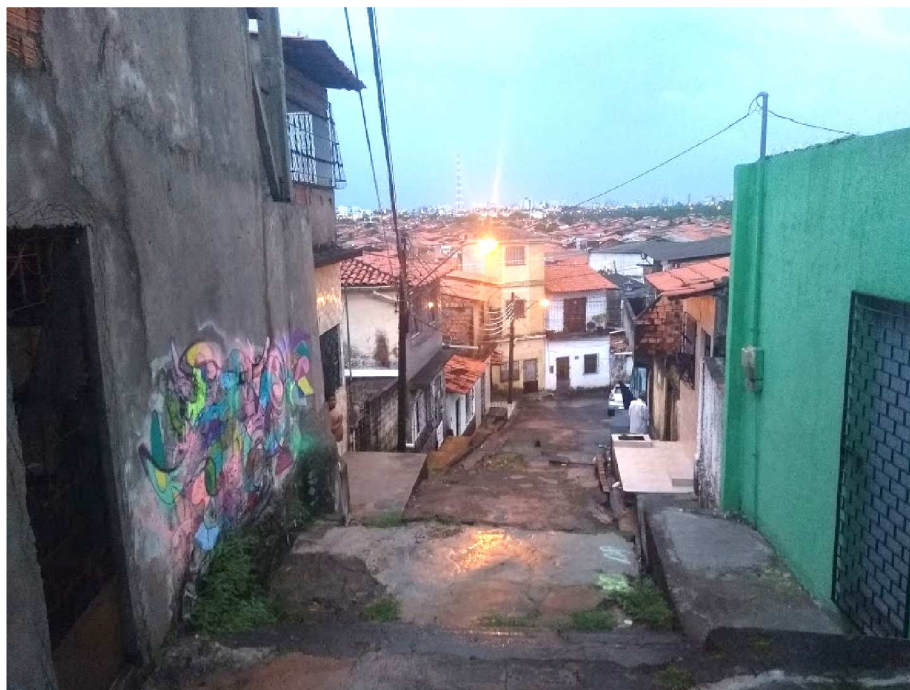
O Matadouro Modelo continua sendo um marco no território e assim permanece desde o dia da sua inauguração, em 1918. Há quem diga que não o primeiro, mas o equipamento público que mais influenciou no crescimento e adensamento do bairro, presente nas memórias afetivas dos mais antigos com os bois nos currais, nas relações comerciais estabelecidas em seus arredores e na alternância de seu uso para colaborar com o aspecto social do bairro. Hoje em dia no prédio do antigo Matadouro funciona a UEB Mário Andreazza, que foi alternado para uso escolar do município e ao seu redor, fora construído o Viva Liberdade, com a instalação de praças, quiosques para comerciantes e quadra poliesportiva, trazendo à comunidade a possibilidade de uso de espaços públicos direcionados ao lazer e sociabilização da comunidade, o que é pouco encontrado no território.

O território possui diferentes características na sua morfologia urbana, o que é característico de ocupações informais considerando os inúmeros padrões de ocupação do lote, os fluxos migratórios distintos para a área e os parcelamentos informais, sem a presença do Estado como direcionador do crescimento e evolução da área.

Os trechos mais altos e íngremes, localizados na área da Floresta, eram áreas mais privilegiadas dentro do contexto dos bairros, já que estavam distantes de problemas como lixões, áreas alagáveis e enchentes rotineiras. À essa localidade, mesmo em padrões sócio-econômicos e construtivos semelhantes, cabia o título de “melhor local para morar na Liberdade”, como relatou o morador Edilson, mesmo lidando com problemas semelhantes de abastecimento de água e falta de infraestrutura e serviços públicos. A rua principal da área, a Tomé de Souza, tem como característica a ampla área de rodagem, com diversas casas com mais de um pavimento, lotes mais largos e com área de garagem. Porém, nas perpendiculares à esta, é possível notar a presença constante de becos sem saída, escadarias estreitas e ruas irregulares, mostrando o quanto essa realidade é presente em todo o território e não é exclusiva das áreas menos estruturadas. Foi verificado que em

inúmeras situações, o poder público só se faz presente após a construção e consolidação a partir da iniciativa dos moradores, trazendo melhoramentos na infraestrutura de escadas, becos e ruas após a organização e pressão popular.

Figura 29 : Becos e escadarias presentes no bairro, na área da Floresta.



Fonte: registro feito pela autora

O ponto mais alto do território fica localizado no final da Rua Tomé de Sousa e é conhecido como Alto do Bode, o que faz referência ao Alto da Carneira da Baixinha, no bairro do Monte Castelo. Do local, é possível avistar o bairro da Camboa, Liberdade, Monte Castelo e Diamante, tendo pela rua e pelas escadarias localizadas na avenida Governador Luís Rocha. Ainda segundo Edilson, há a ideia de que a localização é privilegiada não somente por conta da cota mais alta em relação às outras áreas, mas sim por conta da proximidade com a avenida, tendo como estigma de violência urbana e marginalidade atrelada ao interior do território.

Aos trechos com níveis mais baixos, próximos às áreas sujeitas às ações da maré antes da realização dos aterros informais, existe a presença de ruas e becos estreitos, onde as casas aglomeram-se uma ao lado da outra, podendo vislumbrar alguma expansão somente vertical. As habitações são encontradas principalmente

em alvenaria cerâmica, porém considerando as áreas em que estão localizados, é possível que muitas destas tenham sido previamente construídas sobre palafitas. Sobre a verticalização das habitações no bairro, Sr. Edilson conta que é perceptível o acréscimo de um ou mais pavimentos em diversas casas do local, e isso torna-se claro ao avistar da sua janela e notar que a visão que tinha-se dali para a Avenida Governador Luís Rocha, antiga Estrada de Ferro, já não existe. Além disso, a verticalização das construções também impactou no conforto interno de sua moradia, criando barreiras para a iluminação e ventilação natural.

Tal verticalização deve-se ao crescimento constante do bairro e a presença de poucos lotes livres para a construção de novas edificações, cenário semelhante ao encontrado em diversos bairros que experimentam o crescimento demográfico de sua população. Assim, é perceptível a presença de reformas e ampliações em andamento em todo o território, com acréscimo de pavimentos, construção de “puxadinhos”, abertura de garagens ou mesmo lajes inacabadas utilizadas como área livre das casas, diferente do início da ocupação, onde as construções eram iniciadas em terrenos vazios e sem infraestrutura previamente construída. Quando comparada à realidade estática dos conjuntos habitacionais instalados nos bairros, os usos e hábitos foram agregados à um novo modo de morar que não incentiva essas iniciativas de mudança individuais.

Pinheiro (2013) traz exemplos de inúmeros casos que exemplificam estas situações, onde moradores do território foram transferidos para os conjuntos habitacionais e mantiveram as pequenas “vendas de porta de rua” que tinham em suas casas, porém agora elas aconteciam em suas janelas do apartamento; famílias de pescadores, que dispunham de lugares para armazenar seus remos e canoas e pessoas que criavam animais como porcos e galinhas, não puderam continuar por conta da falta de espaço livre; terreiros transportados para apartamentos de 50 m², expostos à intolerância de seus vizinhos; situações em que a comunidade foi transportada para um espaço que não os contempla. Para Assunção (2017),

retirar pessoas de suas moradias, deslocando-as para os apartamentos do PAC Rio Anil, em nada amenizou os estereótipos de violência a que esses moradores estavam submetidos, sem considerar os modos de vida dos seus moradores, na medida em que eles percebem o seu território de modo diferente do proposto no projeto. (ASSUNÇÃO, 2017, p.40)

A presença de iniciativas na comunidade para promover a regularização fundiária da área é pouco expressiva, visto que o tema está presente nas promessas e passeatas de campanha eleitorais nos bairros. A falta de titulação de propriedade da habitação dos moradores impede o acesso à financiamentos públicos e privados para melhoria das habitações, além de impedir a compra e venda do local. Porém há a presença do mercado imobiliário informal, que conta somente com o recibo de compra e venda do imóvel para alegar titularidade. O PAC Rio Anil e o Promorar obtiveram resultados expressivos nesse sentido, promovendo além da titularização dos terrenos da área, a melhoria da infraestrutura dos bairros e a construção de equipamentos públicos e habitação para as áreas elencadas como “invisíveis” frente o desenvolvimento urbano.

O reconhecimento como quilombo urbano à nível federal foi iniciado à partir de solicitação dos moradores após a autointitulação como quilombo urbano, o que abarca a questão da regularização fundiária do bairro. Como exemplo do Quilombo da Família Silva, em Porto Alegre, que segue em processo de reconhecimento. Porém, não há casos registrados de quilombos urbanos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares contemplando aglomerados urbanos consolidados como o caso do Território Liberdade Quilombola, que contempla três bairros classificados como aglomerados subnormais dos 39 presentes na Região Metropolitana de São Luís. De acordo com ASSUNÇÃO (2017) as motivações são baseadas na

identidade étnica porque são, em sua maioria, descendentes de “antigos quilombo”, principalmente de Alcântara, como é o seu caso. E que, por isso, os moradores desses bairros, sobretudo os mais antigos, mantiveram as mesmas relações de solidariedade e partilha, mesmo morando em São Luís, principalmente na ocasião da realização das festas religiosas (ASSUNÇÃO, 2017, p.42)

Tais características vão além das percepções das relações estabelecidas nos bairros, mas também na influência da territorialidade negra na configuração do território. De acordo com Weimer (2012), os kraals africanos possuem características espaciais que são encontradas no território em questão, deixando claro o aspecto dos laços afetivos e familiares na organização do espaço urbano,

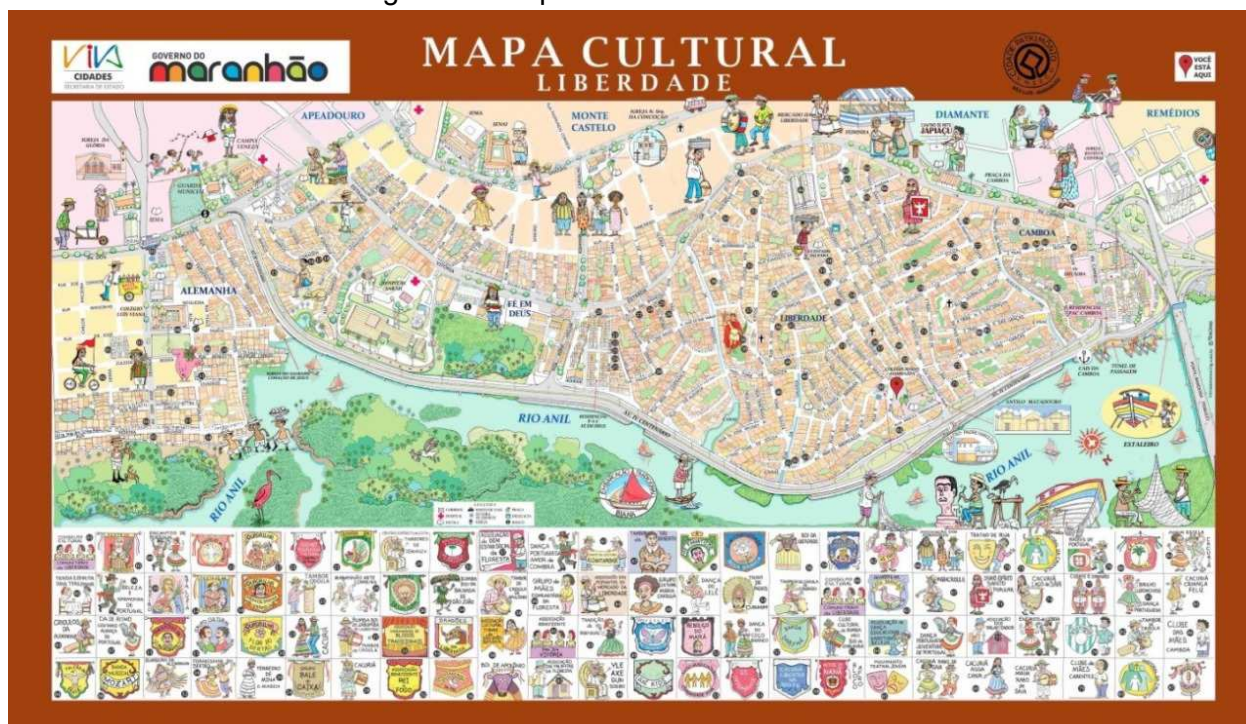
além de carregar consigo características culturais e similaridades de uso e concepção de seus territórios.

A Declaração de Durban assinada em 2002 pelo governo brasileiro, reconhece a marginalização que foram sujeitos os afrodescendentes por conta do regime escravocrata, comprometendo-se adotar medidas compensatórias e reparatórias para tais grupos. Porém, Ramos (2007) pontua que tais ações não estenderam-se às áreas urbanas e carentes de infraestrutura à que foram direcionados os negros nas cidades, como acontece no reconhecimento das áreas remanescentes de quilombos localizadas nas áreas rurais. A temática da segregação espacial social/étnica e das territorialidades negras no espaço urbano não são colocadas em questão quando trata-se do aspecto fundiário de tais áreas, que como o Território Liberdade Quilombola, são áreas de ocupação irregular.

Além da auto intitulação como primeiro quilombo urbano do Maranhão, ou como citado diversas vezes nos relatos, maior quilombo urbano da América Latina, a gestão da SECID encarregada de acompanhar o desenvolvimento do PAC Rio Anil propôs uma iniciativa com o intuito simbólico de fortalecimento da identidade territorial dos bairros a partir do mapeamento das inúmeras iniciativas culturais existentes no local (SILVA, 2016). Dessa forma criou-se o Mapa Cultural do Rio Anil, após o conhecimento das inúmeras entidades culturais presentes no “bairro mais cultural da cidade” (Edilson Sá, 2019), que sofre sob o estigma da violência frente à cidade, que por vezes desconhece tal herança cultural. Segundo o Sr. Edilson, a violência presente no território não é exclusiva do local e não deve ser a principal referência para o restante da cidade.

Segundo Silva (2016), o mapa foi criado em conjunto com a comunidade e por intermédio da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR-MA) durante a implementação do PAC Rio Anil, o que para a autora foi “um percurso atribulado e nem sempre satisfatório no entendimento das peculiaridades socioculturais do território” (SILVA, 2016, p. 117), porém auxiliou na autonomia comunitária e no reconhecimento de sua identidade como quilombo urbano.

Figura 30: Mapa cultural da Liberdade



Fonte: SECID, 2013

O Território Liberdade Quilombola, como quilombo urbano, vai além da concepção original de quilombo e ressignifica no meio urbano os territórios de maioria afrodescendente, além de levantar o debate dos espaços de cultura e manifestação negra como espaços reféns do estigma de violência e pobreza urbana. Para o Sr. Edilson, o território vai além do quilombo “estático”, em meio às áreas rurais e transporta tal significado para o meio urbano, em um território periférico, de maioria negra e que tem em suas origens quilombos transplantados da baixada maranhense. Incorporando o pensamento de Ramos (2007), tais territórios não devem ser compreendidos a partir de sua infraestrutura, geralmente deficiente, mas incorporados nos estudos urbanísticos a partir da importância da sua dinâmica cultural no espaço urbano.

Elementos históricos importantes para a formação do bairro, como a instalação das Fábricas e do Matadouro, são levados como argumento ao justificar o território do quilombo urbano. Os terreiros, as organizações culturais e as festas são considerados aspectos característicos e identitários do lugar, também utilizados

como justificativa do quilombo urbano. Porém, o aspecto espacial da formação e evolução do território, a partir de adequações, do uso dos espaços comuns, do aspecto familiar/afetivo como influência na concepção do lugar são elementos novos, que podem somar no que tange o planejamento urbano de tais áreas e na manutenção da identidade destas.

“Eu moro na periferia? Eu não, moro no centro da cidade! No bairro mais cultural da cidade” (Edilson Sá, 2019)”



Fonte:<<http://tiny.cc/7zdy9y>> Acesso em: 15 jul. 2019

BN MRH€ DQ@á õ DR
EHM@HR

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso baseou-se no entendimento inicial do lugar ocupado pelos negros nas áreas urbanas, a partir de sua exclusão social e de sua identidade cultural, passando pela influência do período da abolição brasileira até a formação e percepção das áreas da Camboa, Fé em Deus e Liberdade como territórios negros urbanos e periféricos, apesar carência de estudos direcionados à tais territórios no que tange suas espacialidades e características urbanas. No âmbito da Arquitetura e Urbanismo e o Planejamento Urbano, como descrito inicialmente, os estudos que relacionam espaços de cultura negra à concepção de áreas urbanas ainda são pouco encontrados, principalmente no cenário maranhense, onde a população negra chega a 74% no estado (IBGE, 2010). A partir da inquietação de estudar tais territórios urbanos e majoritariamente negros, de importância cultural e sob o estigma de precariedade é que nasceu o tema desta pesquisa, que partiu da evolução do território no ambiente urbano e evoluiu posteriormente para a percepção das particularidades do local.

Há a perpetuação do preconceito de que os espaços destinados às populações mais pobres nas cidades são atribuídos à marginalidade, violência e desorganização. Porém, mesmo que tenham sido direcionados à isso por meio da ocupação de áreas menos estruturadas das cidades (as únicas que seriam possíveis considerando a segregação à que estavam sujeitas), seus espaços foram construídos de forma autônoma e a partir das lógicas características do local e de seus moradores/autoconstrutores.

Com o fim da escravidão, os negros recém libertos foram inseridos no regime de trabalho livre sem qualquer preocupação reparatória quanto aos mais de três séculos sujeitos à exploração de sua força de trabalho, destituídos de seus territórios e identidades culturais, sem condições de moradia adequada. Assim, os territórios negros urbanos surgidos após a abolição são majoritariamente localizados nas periferias urbanas, com sua origem relacionada ao adensamento populacional das cidades brasileiras, onde o lugar em que foi possível para consolidar suas ocupações eram os espaços “restantes”, que não eram de interesse para o mercado

ou para o Estado, porém eram próximos aos serviços e equipamentos públicos das cidades. Dessa forma, o desenvolvimento urbano imperava para as camadas mais altas da sociedade, enquanto que para as periferias, o contraste e a distância social tornavam-se mais claros. Isto colaborou para a inserção da questão étnica aos estudos urbanos, compreendendo que a segregação espacial tem cor, porém a cor possui singularidades culturais próprias e presentes em seus espaços cotidianos.

O trabalho além de trazer um breve histórico sobre o surgimento das territorialidades negras no contexto brasileiro, aborda as periferias ludovicenses a partir da maioria da população negra e os espaços destinados à estas na cidade. Foi necessário pontuar a partir do quantitativo de negros na população de São Luís desde o período escravocrata, onde a cidade possuía o maior contingente de negros em todo o estado, o que influenciou na própria concepção da população maranhense.

Com o descaso do poder público, os moradores encarregaram-se de consolidar e ocupar os bairros, superando as dificuldades de infraestrutura, autoconstruindo suas habitações, traçando ruas, becos, escadarias, estabelecendo usos para o local. A história da construção do lugar está intrínseca à própria história dos moradores, que ao construir suas casas, construíram um território como um todo.

A partir dos estudos levantados neste trabalho, é possível ampliar as possibilidades de abordagem, entendendo o urbano a partir da percepção da importância cultural e característica de bairros/territórios de maioria afrodescendente, onde as características próprias do lugar os diferem de outras áreas urbanas. Ao considerar esta nova abordagem, as relações culturais passam a ser consideradas como elementos próprios do lugar, influenciando nas dinâmicas espaciais. Além disso, por conta de suas similaridades culturais, além da herança cultural como denominador comum, a abordagem utilizada deve tornar-se diretriz (mesmo que de forma inicial) para estudos futuros pertinentes ao tema, em realidades urbanas distintas ou semelhantes, a partir de uma ótica distinta, não eurocêntrica, considerando pesquisadores e urbanistas que estudam o ambiente

urbano a partir do urbanismo negro e africano. Compreendendo a importância do negro na construção do “ser brasileiro”, a ausência de tais estudos na área de arquitetura e urbanismo reflete o estigma de precariedade atribuído às cidades africanas e aos territórios majoritariamente negros brasileiros, em contrapartida o urbanismo europeu é presente nos estudos brasileiros e, até hoje, influencia na concepção de nossas cidades. A presença de arquitetos, urbanistas e planejadores negros deve aproximar tais debates, visto que a inquietação quanto à estas questões também parte da ausência de representatividade na academia e no conteúdo das grades curriculares, que exclui o urbanismo negro e a história das cidades africanas do conteúdo obrigatório nas universidades de todo o país, desconsiderando sua importância histórica, construtiva e cultural, além da influência sobre a concepção das próprias cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **“Quilombo urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão.** São Luís, 2017.

BURNETT, F. L. . **São Luis por um triz - escritos urbanos e regionais.** 1ª. ed. São Luis: Editora UEMA, 2012. v. 01. 171p .

BURNETT, F. L. ; SILVA, J. V. . **O ESPAÇO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA NA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO PAC RIO ANIL EM SÃO LUÍS, MARANHÃO.** In: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014, São Bernardo do Campo, SP. I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014.

SILVA, J. V. ; BURNETT, F. L. . **O mapa cultural do Rio anil como instrumento de integração urbana e transformação espacial.** 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CAMPOS, Andreilino de O. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2006
_____, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “paço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

_____, Andreilino. **Questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas questões teóricas-metodológicas.** Em SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **Questões Urbanas e racismo.** Petrópolis: DP et Alii Editora Ltda/ABPN/Ford foundation / Oxfam, 2012

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra . **Quilombo, Favela e Periferia: A longa busca da cidadania.** 1a.. ed. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2006. v. 01. 258p

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril : cortiços e epidemias na Corte imperial.** Companhia das Letras, São Paulo, 1996

_____, Sidney. **Exclusão e Cidadania..** Revista História Viva, São Paulo: Temas Brasileiros.Nº. 3, p. 38-41, Nov. 2001.

COSTA, Nathalia Alexandre. **Espaços negros na cidade do pós- Abolição. São Carlos, um estudo de caso.** São Carlos, 2014

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendência e Espaço Urbano.** In: CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). **Espaço Urbanos e Afrodescendência.** Fortaleza: Edições UFC, 2007

FERREIRA, ANTÔNIO JOSÉ DE ARAUJO. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro** – São Luís: EDUFMA, 2014.

FERRETTI, Sérgio. **Contribuição Cultural do Negro na Sociedade Maranhense**. São Luís, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/292>>. Acesso em: 05/06/2019

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. São Paulo, 2017

GATO, Matheus. Simpósio Negros nas Cidades Brasileiras. **Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888)**. 2015. (Simpósio).

GRAFMEYER, Yves. **Sociologia Urbana**. Mem Martins: Publicações EuropaAmérica, 1994.

GULLAR, Ferreira. **Poema Sujo**. São Paulo, Ed:Círculo do Livro, 1976

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 15, mai., 2019

LEITE, Carolina Maria de Araújo Martins Silva. **Entre a Preservação e a expansão - Setenta anos de Planejamento Urbanístico em São Luís do Maranhão: do traçado colonial ao plano moderno e à prática contemporânea (1936-2006)**. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, 2018

LIRA, José Tavares Correia de. **O Urbanismo e o Seu Outro: Raça, Cultura e Cidade no Brasil (1920-1945)**. In: Revista de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR. Número 1, maio de 1999

MARICATO, E. . **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa Omega, 1979.

MATOS, Heloísa Reis Curvelo; **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís-MA**; Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014

MIRANDA, Cássio. **Serviço de saneamento e prophylaxia rural do Maranhão. Maranhão**. Tip. teixeira. 1925

MORADO NASCIMENTO, Denise; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo EESCUSP, 2009.

OLIVEIRA, André Luiz Lustosa de. **Regularização fundiária urbana em áreas dominiais da União no município de São Luís: o caso dos bairros da Liberdade e Camboa (2008-2014)**- 2015a. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão.100 f.

OLIVEIRA, Maysa Mayara Costa de. **O Processo de Socialização na questão da habitação: O Residencial Rio Anil Camboa.** 2016b.167f.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade.**298f. 2018

PEREIRA, Josemeire Alves. Quilombos Urbanos. In: Cidinha da Silva. (Org.).**Africanidades e Relações Raciais** : Insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, [da] Leitura, Literatura e[das] Bibliotecas no Brasil. 1ed.Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014, v. I.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira Pinheiro. **Palafitas serão apartamentos: concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil no bairro da Liberdade, em São Luís do Maranhão.**São Paulo. 2013

PRISTO, Ana Cristina et al. São Luís: **Análise Morfológica. A rede viária e os demais espaços públicos. Bairro da Liberdade.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN, 2015. Disponível em: . Acesso em: 5 jul. 2016.

RAMOS, Maria Estela Rocha Penha. **Território afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)** - 2007.

_____, Maria Estela Rocha Penha.**Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos - um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia);** 2013; Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia,

_____, M.E.R.P. ; CUNHA JR, Henrique . **Bairro da Liberdade: A Comunicação Urbana em Território de Maioria Afrodescendente.** In: II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006, Salvador. II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís : 1612-1991** / José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior. -, São Luís, 1999, 150p.

ROLNIK, R. . **São Paulo 450 anos. É só o começo.** SP 450 anos. São Paulo: Editora M. Books, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro.** Revista de Estudos Afro-Asiáticos. CEAA - Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, n.17, setembro de 1989.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.** Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. -2016.

SILVA, Lisandra Mara Silva. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade : cenário Belo Horizonte.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. - 2018.

SOMMER, Michele Farias. **Territorialidade negra urbana: a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPUR /UFRGS, 2005.

SOUZA, Gerson Pinheiro de. **Quilombos urbanos na Ilha do Maranhão**. 2017, Disponível em :
<<http://www.igualdaderacial.ma.gov.br/artigo-quilombos-urbanos-na-ilha-do-maranhao>> Acesso em: 06/04/2019

TELLES, Edward. **RACISMO À BRASILEIRA: UMA NOVA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VILLAÇA, F. J. M. . **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo, SP.: Global Editora, 1986. 123p

WEIMER, Günter . **Arquitetura popular**. Porto Alegre, 2012